

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A (RE)INVENÇÃO DA AÇÃO
COLETIVA: participação urbana,
conflitualidades e segregação sócio-espacial
em Goiânia

Autora: Luciana Nunes Fonseca

Brasília, 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A (RE)INVENÇÃO DA AÇÃO
COLETIVA: participação urbana,
conflitualidades e segregação sócio-espacial
em Goiânia

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília/UnB como
parte dos requisitos para obtenção do
título de mestre.

Brasília, novembro de 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A (RE)INVENÇÃO DA AÇÃO
COLETIVA: participação urbana,
conflitualidades e segregação sócio-espacial
em Goiânia

Autora: Luciana Nunes Fonseca

Orientador: Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Brasilmar Ferreira Nunes –
Departamento de Sociologia da UnB.

Prof. Dr. Francisco Chaga Evangelista Rabelo –
Departamento de Ciências Sociais da UFG.

Profa. Dra. Analia Laura Soria Batista –
Departamento de Sociologia da UnB. (Suplente)

Brasília, novembro de 2008

Agradecimentos

À CAPES pelo apoio financeiro

Ao meu orientador, professor Dr. Arthur Trindade M. Costa. Aos professores Dr. Brasilmar Nunes e Dra. Rebecca Abers que me apresentaram novas alternativas críticas e analíticas. Aos outros professores(as) com quem me encontrei ao longo da jornada do Mestrado.

Ao professor Dr. Francisco Rabelo, que desde os tempos de graduação contribui com o meu crescimento acadêmico.

Aos meus pais, José Raimundo e Maria Ivanilde, pelo eterno carinho. À minha irmã, Rejane, e ao meu irmão, Paulo Rafael, pela presença.

Ao tio Jorge Mendonça, referência de vida e força.

À minha família residente em Brasília, Marinéia da Esperança, Cícero Menezes, Tânia Nunes, Cícero Menezes Neto, Marinilde Nunes e Dulcinete Nunes, pelo apoio.

Às minhas amigas Andreza Marcatti, Ivana Helena, Morgana Albino e Carol Castelo Branco. Aos meus amigos Onésimo Ferraz e Ytaquirate Soeiro (mesmo distante), que acompanharam alguns dos meus momentos de satisfação, outros críticos, mas souberam compreender as limitações e possibilidades que apareceram no solo da minha existência. Ao Onésimo Ferraz especificamente por ter traduzido o resumo desse trabalho.

Especialmente à amiga Berenice Silva, que no começo da jornada era apenas colega do curso de mestrado, mas aos poucos se tornou uma cara amiga. Agradeço profundamente pela força, paciência de sempre, por ter me ajudado a superar obstáculos e por ler meus textos.

Os meus agradecimentos aos(as) entrevistados(as), atores coletivos anônimos que, para mim, são expressões de luta e sonhos.

Dedico este trabalho aos meus pais e ao tio Jorge, pessoas que se mantiveram presentes em minha vida, cujo amor, trabalho e apoio financeiro foram decisivos para a produção desta dissertação.

RESUMO

Neste trabalho, indicamos o quanto uma definição linear e de mão única como forma de explicitar o que vem a ser Movimentos Sociais, além de inviável, não poderia ser cientificamente aceita por não acompanhar suas características difusas e modificações ao longo do tempo. Num primeiro momento, localizamos produções científicas e teóricas, tanto nacionais como estrangeiras, de modo a identificar alcances e limitações explicativas acerca da temática escolhida.

Empiricamente, adotamos como objetivo analítico principal as condições de nascimento e desdobramentos da ação coletiva de posse urbana de uma área da Região Leste de Goiânia, cidade localizada no Centro-Oeste brasileiro, que posteriormente veio a se chamar Jardim Dom Fernando I, cuja ocorrência iniciou-se em 1987 e tem elementos irresolutos até a atualidade. Para desenvolvimento da pesquisa, tornou-se importante considerar o sistema de relações sociais no qual tal ação se situou, definição dos caminhos que os atores coletivos percorreram, e as construções das identidades coletivas.

Consideramos que o ator coletivo é quem constrói socialmente a ação coletiva, mediante elaboração e reelaboração dos fatores de tipos conjunturais em um sistema interativo e negociado de orientações referentes aos fins, meio e ambiente da ação. Portanto, é levado em conta o quanto as ações coletivas são regidas por causalidades múltiplas não lineares e às vezes circulares ou “espiralizadas” e frutos das interferências humanas. Partimos do pressuposto dos conteúdos reivindicativos e instrumentais de uma ação coletiva pontual, mas também consideramos as orientações, oportunidades e coerções sistêmicas numa conexão entre elas. E para tanto, coube buscar entender como os atores coletivos (re)significam velhas demandas num contexto da sociedade contemporânea na qual se articulam objetivos instrumentais e conteúdos simbólicos da ação, simultaneamente, e com mais complexidade do que em épocas anteriores.

Operacionalmente, adotamos a concepção de Movimentos Sociais enquanto sistema de ação composto e dotado de significados, objetivos, solidariedade, organização, e referidos a um sistema de relações sociais, cuja importância é a busca dos rompimentos com as fronteiras de compatibilidade de tal sistema, forçando-o a ir além dos limites da sua

estrutura (MELUCCI, 2001). Além disso, dividimos essa pesquisa em quatro capítulos. No primeiro discutimos análises e perspectivas teóricas acerca dos movimentos Sociais, junto a autores brasileiros e estrangeiros. No segundo capítulo localizamos as discussões que levaram ao planejamento e a construção de Goiânia. No terceiro, perpassamos por questões relacionadas à reprodução do espaço urbano e contradições sócio-espaciais criadas. No quarto capítulo analisamos o movimento de ocupação urbana que originou o bairro Dom Fernando I, a partir das perspectivas apresentadas acima.

Observamos que três conjunturas foram construídas no processo de produção do bairro estudado. Elas são caracterizadas pela criação de identidades temporais, que são: bairro político, consolidação espacial, construções de solidariedades. Demonstramos com isso o caráter dinâmico das formas de resistência e reelaboração dos critérios de lutas coletivas do movimento social estudado.

by issues related to the reproduction of the urban space and socio-spatial contradictions that were created. On the fourth chapter we analyze the movement of urban occupation that generated the district Dom Fernando I, from the perspectives presented above.

We observed that three conjunctures were constructed in the formation process of the researched district. They are characterized by the creation of temporal identities, which are: political district, consolidation of space, constructions of solidarities. We demonstrated with this the dynamic character of the resistance forms and re-elaborateness of the criteria for the collective struggles of the studied social movement.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1	
Enfoques teóricos e Mudanças das Análises dos Movimentos Sociais.....	11
Enfoques teóricos da bibliografia brasileira de Movimentos Sociais.....	27
Enfoque estrutural.....	29
Enfoque centrado na cultura política.....	32
Enfoque centrado na ação coletiva.....	35
Abordagens dos Movimentos Sociais Goianos.....	38
Capítulo 2	
Conformação urbana, construção de Goiânia e segregação sócio-espacial.....	43
Construção de Goiânia: referenciais históricos, realidades e sonhos.....	45
Criação do novo: Concepções e projetos da cidade.....	49
Conformação do espaço urbano goianiense.....	56
Segregação sócio-espacial em Goiânia.....	69
Capítulo 3	
Construção social do espaço em Goiânia: ações coletivas por moradia.....	75
Movimentos sociais por moradia e as ocupações coletivas.....	79
Conjuntos Habitacionais populares.....	86
Empreendimentos públicos: Assentamentos populares via mutirões e Assentamentos em vazios urbanos.....	89
Capítulo 4	
Condições de nascimento do lugar: Dom Fernando I em foco.....	98
Breves caracterizações da Região Leste de Goiânia.....	100
Articulações políticas e modalidades de luta: o nascimento de um bairro.....	113
Consolidação espacial do bairro.....	117

Construção de solidariedades.....	124
Conclusões.....	135
Referências Bibliográficas.....	139

ABSTRACT

On this work, we indicate how a linear and one-way definition to social movements, besides being not viable, could not be scientifically accepted for not following their diffuse characteristics and modifications along time. First of all we located scientific and theoretic studies, national and foreign, in order to identify the explanatory range and limitations about the chosen thematic.

Empirically, we adopt as a main analytic goal the origin conditions and unfoldings of the collective action of urban occupation of an area in the east zone of Goiânia, city located in the Brazilian mid-west, which came to be known as Jardim Dom Fernando I, whose occurrence began in 1987 and has unsolved elements until today. To develop the research, it was important to consider the social relations system in which that action took place, definition of the ways the collective actors went through and the construction of the collective identities.

We considered that the collective actor is who socially builds the collective action, by elaborateness and re-elaborateness of the factors of conjunctural types in an interactive and negotiated system of orientations relative to the ends, means and environment of the action. Therefore, it is regarded how much the collective actions are ruled by multiple non-linear and sometimes circular or “spiraled” causalities and fruit of human interferences. We began from the assumption of the claiming and instrumental contents of a given collective action, but we also considered the orientations, opportunities and systemic coercions in a connection with them. For this, it was necessary an attempt to understand how the collective actors (re)signify old exigencies in a context of the contemporary society in which instrumental objectives and symbolic contents of the action articulate, simultaneously, and with more complexity than in former times.

Operationally, we adopt the conception of Social Movements as a system of action compound and endowed with meanings, objectives, solidarity, organization and referred to a system of social relations, whose importance is the search for ruptures of the compatibilities of such system, forcing it to go beyond the limits of its structure (MELUCCI, 2001). Moreover, we divided this research in three chapters. On the first chapter we discuss analyses and theoretical perspectives about the social movements, according to Brazilian and foreign authors. On the second chapter we located the discussions that took to the planning and construction of Goiânia. On the third we passed

“Os movimentos contemporâneos são profetas do presente (falam à frete) Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida”. (MELUCCI, 2001). **Grifo da autora.**

INTRODUÇÃO

Num primeiro sentido, este trabalho objetiva a realização do estudo das condições de nascimento de um movimento de posse urbana ocorrido em Goiânia e sua capacidade de resistência e resignificação das ações coletivas que o constituíram. Num segundo sentido tem o propósito de realizar levantamentos bibliográficos acerca da temática dos movimentos sociais e apontar para mudanças teóricas como possibilidades nas análises das ações coletivas nas sociedades complexas. É fundamental que isso seja considerado em função dos desafios propostos para crítica e análise do processo de constituição e sobrevivência do Movimento Social estudado, enquanto possibilidade e ponto de partida no tratamento de um problema.

Reconhecemos que nenhuma teoria, ainda que tenha um alcance explicativo elástico, pretende e também não consegue dar conta de todos os processos e fenômenos sociais, o(a) investigador(a) necessita realizar escolhas significativas da realidade, que se justifiquem metodologicamente, para operacionalizá-los. Indicamos com isso que as pesquisas empíricas e a construção de teorias têm relações intrínsecas e são inseparáveis ao longo do processo do conhecimento científico. Em nível teórico propõem-se construtos e proposições teóricas, em nível empírico, hipóteses acerca da realidade. Realidade que por sua vez não é homogênea e, portanto, sua decomposição analítica leva a obrigação de superar a concepção romantizada acerca dos Movimentos Sociais, enquanto objeto empírico unitário, e reconhecer que os fenômenos coletivos se constituem de orientações, maneiras de agir, de relações, motivações diversas, que dão sentidos para as tomadas de decisões, pontos de partida, desdobramentos, êxito ou fracasso das ações coletivas.

Diria Melucci: *“As formas contemporâneas de ação coletiva são múltiplas, variáveis e atingem diversos níveis do sistema social. É necessário, por isso, antes de tudo distinguir o campo dos conflitos e dos atores que os tornam visíveis.”* (MELUCCI,

2001). Assim, Este estudo pretende reconstruir as condições de nascimento do movimento de posse urbana, que deu origem ao bairro do Dom Fernando I, em Goiânia. Além disso, pretende verificar sua capacidade de resistência e resignificação das ações coletivas e estratégias que o constituíram. Consideramos importante delimitar o campo de conflitos e os atores que o tornou visível, sem, no entanto, pretender identificar pura e simplesmente as possíveis causas das ações coletivas. A identificação do campo de conflitos aparece aqui como fundamental na clarificação de como o grupo social que compunha o Movimento Social estudado interfere em tal campo e o quanto as ações coletivas foram influenciadas por ele.

Como o Movimento Social escolhido para estudo tem o estopim inicial a partir da tomada de posse de uma área urbana em Goiânia, primeira cidade planejada do Centro-Oeste brasileiro, buscamos entender como se deu a formação do espaço urbano goianiense, que surgiu ideal e materialmente na década de 1930, muito embora os conflitos e impacto da urbanização tenha se apresentado com mais ênfase no final da década de 1970.

Devido à dedicação a essa temática, foi possível amadurecer diversas reflexões, responder questões, levantar outras e alçar vôos para diversas áreas de conhecimento da Sociologia. Por isso mesmo, em certa medida, esse trabalho é interdisciplinar ao abranger áreas acadêmicas como a Sociologia Urbana e o Planejamento Urbano, nas pesquisas sobre Movimentos Sociais. Nesta Dissertação foram priorizados aspectos teóricos da produção brasileira e estrangeira da temática discutida ao mesmo tempo em que apareceram elementos de natureza empírica relacionados, à medida do necessário, para discutir as mudanças dos conteúdos da produção da bibliografia sobre Movimentos Sociais e das mudanças em campos históricos, econômicos, políticos e sociais, ocorridas ao longo do tempo. No entanto, reconhecemos que não foram esgotadas as possibilidades analíticas da temática, pois não era essa nossa intenção uma vez que lançamos mão da bibliografia concernente aos nossos interesses atuais.

Buscamos realizar algo inovador em relação às pesquisas já desenvolvidas por analistas goianos das últimas décadas. Alguns trabalhos, que de alguma forma envolviam a mesma temática que propomos aqui, eram estudos de caso com abordagens locais e estruturais. Exemplo disso são as pesquisas de Lauro Vasconcellos (1984), Carneiro (1988), Loureiro (1988), Menezes e Martinez (1987) ao analisarem os

movimentos de Santa Dica em Pirenópolis, “Formoso e Trombas”, “Luta do arrendo” em Orizona e o “Movimento de bairro” em Goiânia, respectivamente. Consideramos as relevâncias explicativas desses trabalhos, mas o ponto de vista que propomos aqui é considerar a ação coletiva não como respostas às crises estruturais, embora esteja claro que fatores de ordem econômica podem influenciar o despertar e desenvolvimento dos Movimentos Sociais.

Nesta pesquisa, os questionamentos partirão da idéia de Movimento social enquanto sistema de ação composto e dotado de significados, objetivos, solidariedade, organização diferenciada e referidos a um sistema de relações sociais, cuja importância é a busca de rompimentos com as fronteiras de compatibilidade de tal sistema, forçando-o a ir além dos limites da sua estrutura (MELUCCI, 2001).

A temática das ações coletivas vem sendo abordada como objeto de pesquisa social de forma muito incisiva, não apenas nos últimos anos, mas ao longo da história das Ciências Sociais. Entretanto, há um novo despertar de interesse acerca dos estudos dos Movimentos Sociais, isso de alguma forma aparece de maneira distanciada das preocupações e abordagens recorrentes até a década de 1970. Aparecem sinais de esgotamento de algumas abordagens, ao mesmo tempo em que nascem outras possibilidades de enfoques analíticos. Nas pesquisas sociais que envolvem a perspectiva das ações coletivas que, por alguns autores, vem sendo denominadas de movimento social, são atribuídos diferentes marcos teóricos e conceitos-chave. Isto vem caracterizando esta temática como um terreno investigativo difuso, permeado de traços subjetivos e sutis, levando à reflexão da coerência em se expressar mais em termos de Conceitos de Movimentos Sociais (no plural), e não em termos de Conceito de Movimento Social (no singular).

Mas, estas características não são privilégios da temática que aqui abordamos. Ambivalências e, por vezes, ambigüidades teóricas ocorrem entre os vários pontos de vistas das diversas temáticas da área em que se situam os estudos dos Movimentos Sociais, a saber: as Ciências Sociais.

Tendo isso em vista, o objeto dessa pesquisa se circunscreve nas identidades do Movimento Social estudado, criadas a partir das ações coletivas e suas resignificações.

Consideramos que os interesses coletivos não podem ser assumidos como dado,

mas elaborados socialmente, conforme seus processos de construção em andamento e negociação dos seus significados. Uma vez que os atores são os construtores da ação coletiva mediante elaboração e reelaboração dos fatores de tipos conjunturais em um sistema interativo e negociado de orientações que são referentes aos fins, meios e ambiente da ação. Não concebemos Movimentos Sociais como respostas às crises, ou como expressões de patologias sociais, mas como expressões de conflitos e lutas pela apropriação de recursos e conquista de espaços em relações de poder. Por isso, os atores coletivos participantes de um conflito interagem no interior das condições estruturais e históricas nas quais estão inseridos e recriam suas próprias realidades práticas, não como vítimas simplesmente, mas como sujeitos. Desse modo, percebe-se a inesgotável capacidade humana e da coletividade de reinventarem-se a si mesmos.

Por isso, por mais numerosas que tenham sido as experiências coletivas de posse urbana em Goiânia, e diante das condições estruturais postas no segundo capítulo dessa dissertação, nos perguntamos: o que pode ter havido de novo na experiência do bairro Dom Fernando I? Quais foram suas condições de nascimento e suas possibilidades de recriação de novas estratégias de sobrevivência e capacidade de resistência? Essas são questões secundárias. A questão primária colocada aqui é exatamente: Como os atores coletivos resignificam suas ações?

Nossa hipótese é a de que as ações coletivas voltadas para atender novas demandas locais, acabam por redefinir as identidades coletivas do movimento social estudado.

Desta maneira, este trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos. Para a produção do primeiro partimos de algumas perguntas que levaram à reflexão do que nós, Cientistas Sociais, temos compreendido por movimentos sociais. Seriam estritamente levantes de trabalhadores urbanos por melhores condições de trabalho? Ou ainda, os inúmeros protestos e manifestações populares em diversas épocas, cuja importância e visibilidade se dariam por serem compostas pelas massas? As manifestações conservadoras de direita podem ser consideradas como movimentos sociais?

A partir das questões colocadas acima e de muitas outras da mesma ordem, foi sendo construído o primeiro capítulo desta dissertação no qual discutimos alguns tipos

de análises do contexto contemporâneo junto aos autores de várias correntes paradigmáticas, tentando perceber seus alcances explicativos, possibilidades e dimensões. O levantamento bibliográfico que segue ao longo das suas páginas indica o quanto uma definição linear e de mão única como forma de explicitar o que vem a ser Movimentos Sociais, além de inviável, não poderia ser cientificamente aceita por não acompanhar seu caráter difuso e modificações ao longo do tempo. Isso fica ainda mais visível ao levarmos em conta as transformações vivenciadas nas sociedades complexas que trazem à tona, cada vez mais rapidamente, as limitações dos modelos teóricos e analíticos predominantes na atualidade. Pretendemos diante disso, desenvolver uma pesquisa que leve em conta alguns padrões de abordagens e os problemas decorrentes dos seus posicionamentos teóricos. Nesse sentido, o objetivo principal do primeiro capítulo desta dissertação é o de chamar atenção para algumas produções científicas sobre Movimentos Sociais. Buscando assim localizar as preocupações das diversas comunidades científicas, em épocas diferentes e em campos reflexivos também diferentes. Ampliando assim as bases para avaliação crítica do fenômeno empírico delimitado para estudo.

Além disso, admitimos que o significado de qualquer fenômeno social varia em função do sistema de relações sociais para o qual a ação coletiva faz referência e da natureza do conflito. É oportuno fazer aqui algumas observações. Num sentido operacional do objeto de estudo, reconhecemos que as ações coletivas se apresentam de múltiplas formas nas sociedades contemporâneas e, exatamente por isso, julgamos necessário definir o campo dos conflitos e os atores que o tornam expressivos. Não depreendemos daí a idéia de buscar as causas da ação coletiva na condição social de um grupo, pura e simplesmente. Ao contrário, identificar o campo dos conflitos em nível de sistema torna mais evidente o potencial temporal e histórico das ações coletivas demonstrando que não há essencialmente atores conflituais, eles são, entretanto, manifestações provisórias de um campo de forças e processos sociais diversos.

Assim, justificamos o segundo capítulo desse trabalho, formulado com o intuito de organizar referenciais históricos e políticos que contribuíram com a construção de Goiânia e os conteúdos estruturais que promoveram o desenvolvimento da região Centro-Oeste do Brasil e sua abertura para a economia nacional. A identificação do sistema geral, para nós, contempla a abordagem acerca da configuração ou conformação do urbano goianiense. Goiânia, cidade planejada, nos anos de 1930, não conseguiu

evitar a segregação sócio-espacial em seu território e fundamentalmente devido ao grande afluxo de migrantes para a nova capital criaram-se espaços para as atividades das empresas imobiliárias, a partir de 1950. Essas empresas cresciam vertiginosamente devido especulação de vazios urbanos criando marcantes cisões ideológicas e materiais pautadas na segregação sócio-espacial. O Estado transferiu à iniciativa privada a responsabilidade de parcelar o solo goianiense, mas se eximiu de fiscalizar efetivamente a ação das imobiliárias abrindo mão da realização de planejamento sistemático para essa atividade.

Goiânia experimentou um grande crescimento populacional entre as décadas de 1950 e 1980, que combinado à lógica aguda de segregação se expressou na forma de conflitos que se estabeleceram pela posse urbana. Ao final do segundo capítulo as atenções se voltam para demonstrar alguns elementos do processo de tal segregação, que caracteriza a urbanização de Goiânia principalmente nas décadas de 1980 e 1990, quando se tornaram mais expressivos os conflitos que envolveram as tomadas de posses urbanas, uma vez que, exatamente nesse período, começaram a ocorrer coletivamente e se tornaram mais numerosas.

No terceiro capítulo, analisamos como o espaço goianiense foi construído socialmente através de três lógicas de urbanização. Verificamos que um conjunto de fatores combinados contribuiu para a conformação do espaço urbano pesquisado. A terra urbana da capital planejada do estado de Goiás paulatinamente transformou-se em mercadoria e não atendeu aos interesses sociais da sua população residente. De modo que, na época da fundação de Goiânia, pessoas sem moradia ocuparam terrenos às margens do córrego Bota-Fogo, do lado oposto àquele planejado e do traçado urbano em construção. As ocupações, o crescimento da cidade informal, ocorreram concomitantemente à construção da Goiânia planejada e formal, numa dinâmica de produção de desigualdades sócio-espaciais desde 1933. Os movimentos sociais por moradia e as ocupações coletivas emergem como uma das lógicas de ocupação espacial, alternativa de luta e enfrentamento aos déficits habitacionais. Houve também a construção de conjuntos habitacionais populares e diversos empreendimentos públicos que compreendemos como sendo outras lógicas de ocupação espacial. Esta última diz respeito aos assentamentos populares de moradores(as) de área de risco em conjuntos habitacionais edificados através de mutirões, tal como a Vila Mutirão, distantes do

existiram. Os movimentos de bairros, no entanto, demonstram a importância em estudá-los já que, embora com pouca visibilidade, ainda ocorram e de algum modo os números dos déficits habitacionais permanecem assustadores e as especulações imobiliárias se mantêm.

Essa pesquisa se justifica como um esforço de dar visibilidade ao movimento de posse urbana de uma área que posteriormente veio a se chamar Jardim Dom Fernando I. A posse da área ocorreu em janeiro de 1987, mas aquela ação coletiva tem desdobramentos até a atualidade. De outra forma, a justificativa se inscreve na consideração das relações sociais dentro de um sistema de oportunidades, coações e limites das ações, suas diversas orientações e posições no conflito que podem ocorrer ao longo das mudanças dos significados e componentes da ação coletiva. Assim, problematizamos a noção de movimento social enquanto um dado ou a partir da percepção da sua unidade e da ideologia da liderança do movimento. É fundamental, portanto, o trabalho de considerar as orientações, os significados e os relacionamentos que constroem a ação coletiva enquanto fenômeno social.

Metodologicamente, adotamos como princípio deixar que a realidade revelasse quais aspectos seriam abordados. Para tanto, um primeiro passo foi observar diretamente as condições estruturais do bairro estudado. Posteriormente a isso, buscamos conhecer o atual presidente da associação de moradores do bairro Dom Fernando I. Auxiliou-nos, ainda que não planejadamente, o fato dessa liderança ser proprietário de uma pequena empresa freqüentada cotidianamente por posseiros pioneiros do bairro. A princípio ouvir as falas daqueles atores coletivos, além de observar seus gestos e expressões ao articularem suas falas, nos colocou a par de muitos elementos da memória da ocupação do referido bairro, dos mecanismos desenvolvidos no interior da ocupação, das formas de sobrevivência dos(as) moradores(as), dos problemas básicos enfrentados, das lutas encaminhadas.

Entretanto fez-se necessário utilizar um questionário como um instrumento formal de pesquisa, para analisar as respostas coletadas, junto ao aporte teórico selecionado. Nos três primeiros capítulos foram utilizados dados e informações oriundas de fontes secundárias, leituras e avaliações críticas das bibliografias especializadas da temática dos movimentos sociais, e planejamento urbano sejam elas nacionais ou estrangeiras. Além disso, levamos em conta leituras da legislação urbanística de Goiânia, Decretos,

Artigos e reportagens publicadas em jornais, pesquisas de mapas e imagens.

Para efeito de elaboração do último capítulo foram realizadas entrevistas abertas com sujeitos e/ ou lideranças que agregaram forças ao movimento social de posse do Dom Fernando I, com moradores da Região Leste da cidade, que observaram como esse movimento se articulou e se efetivou, sem, no entanto participar dele. Além de entrevistas estruturadas com atuais moradores do bairro, numa pesquisa de amostragem, com o intuito de detectar qual porcentagem desses moradores são de posseiros ou filhos posseiros e qual o perfil-sócio econômico do bairro. Foram realizadas conversas por telefone com lideranças da Igreja Católica e representantes de partidos políticos que vivenciaram e acompanharam tal movimento social. Os procedimentos básicos de tratamento dos dados foram especificamente cálculos de percentagens, sintetizadoras das características sócio-econômicas do Dom Fernando I e a análise do conteúdo dos depoimentos considerados mais relevantes.

Por último, gostaríamos de deixar claro que a noção de Melucci acerca de Movimentos Sociais norteou esse trabalho desde o começo.

Conforme esse autor:

Os movimentos são um sinal. Não são apenas produtos da crise, os últimos efeitos de uma sociedade que morre. São ao contrário, a mensagem daquilo que está nascendo. Eles indicam uma transformação profunda na lógica e nos processos que guiam as sociedades complexas. Como os profetas 'falam à frente', anunciam aquilo que está se formando sem que ainda assim esteja clara a direção e lúcida consciência. (MELUCCI, 2001).

O fato de alguns dos movimentos sociais questionarem estruturas sociais, com propostas de novas formas de organização política e outros questionarem sistemas sociais, culturais criando inovações na linguagem, na comunicação e na vida particular dos sujeitos, dá o tom da caracterização dos movimentos sociais enquanto terreno investigativo difuso, que transitam em espaços coletivos não cristalizados. Por isso, podem ser considerados como chaves para o entendimento de problemas gerais da sociedade, são indicadores da mudança. Levando aos questionamentos acerca de questões epistemológicas e teóricas tal como o que vem a ser Movimentos Sociais e Ações Coletivas. E num sentido metodológico, como são abordados, quais são as redes

de relações sociais estabelecidas na criação de novas realidades práticas e como avaliá-las.

centro principal de Goiânia, com padrão deficitário de urbanização, e assentamentos mais recentes que priorizaram o preenchimento de vazios urbanos.

No quarto capítulo mapeou-se o movimento social de posse urbana Dom Fernando I ocorrido em Goiânia a partir de 1987 até os dias de hoje. Tal mapeamento tem a função de caracterizar a área de ocorrência e as lutas travadas pelos atores das ações coletivas por moradia. É fundamental buscar a “globalidade” do movimento social analisado, uma vez que a delimitação do campo analítico de tal movimento está vinculada ao sistema de relações sociais ao qual se refere. Porque quem rompe com os limites do sistema, quando rompe, o faz com referências a ele, seja em nível estrutural da distribuição de recursos, da organização política e do nível de decisões normativas da sociedade, ou com as relações que mantém padrões de equilíbrio social via processos de integração e trocas entre partes de um dado sistema.

Coube a nós indicar como tal movimento interferiu na conformação sócio-espacial de Goiânia, enquanto sujeito, e, também, de modo particular, enquanto objeto, à medida que é influenciado pelo sistema de relações sociais de modo geral. O espaço conquistado e construído mediante ação coletiva carregava a simbologia, a afirmação e a visibilidade política da sociedade civil goianiense. Os atores coletivos a igreja católica, professores e alunos das Universidades Federal de Goiás e Católica de Goiás, representantes de partidos políticos e administração municipal fundamentaram as relações estabelecidas no contexto do bairro político, cujas ações pautavam-se num senso de identidade política. Entretanto, considerando a dinamicidade da realidade social e do desenvolvimento da cidade, os(as) moradores(as) vão se assentando e adaptando em sua nova área de moradia, delimitando limites entre o espaço público e o privado, formando novas bases de sociabilidade correspondendo ao que chamamos de fase da apropriação do lugar. Por último, consideramos eventos relativamente isolados de novas formas de organização de luta marcadas pela implantação de usinas de reciclagem de resíduos sólidos e padaria comunitária, como alternativas de geração de trabalho e renda.

Na última década, em Goiás, foram poucos os estudos que deram conta dos movimentos sociais que ocorreram em Goiânia ou na sua região metropolitana. De certa forma, o Movimento dos Sem Terra roubou a cena dos movimentos de caráter reivindicativo da década anterior. E isso de maneira alguma quer dizer que eles não

CAPÍTULO 2

CONFORMAÇÃO URBANA, CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ESTRUTURAIS

No capítulo anterior exploramos vários enfoques da produção científica acerca da temática dos movimentos sociais, tanto do ponto de vista da teoria como da análise, no Brasil e no exterior.

Verificamos que a expressão Movimentos Sociais pode significar e representar fenômenos com características diversas, desde aqueles com demandas bem específicas e materiais, até aqueles com conteúdos mais simbólicos. Assim poderíamos exemplificar as diferentes representações de tal expressão:

1- (Referentes a demandas mais específicas) Ações coletivas por demandas relativas à habitação, uso do solo, saneamento básico, transporte e outros serviços e equipamentos urbanos, movimentos sindicais, trabalhadores rurais e operários.

2- (Referentes a demandas mais simbólicas) Movimentos em defesa das minorias e categorias específicas das mulheres, negros, homossexuais e movimentos com causas universais como o ambiental, contra a violência, ecologia, contra a fome entre outros.

Identificando as diversas características dos Movimentos Sociais conforme aparecem na realidade, verificamos as diversas produções e preocupações científicas e acadêmicas acerca da temática. Tendo em vista desde as noções teóricas mais estruturais até as mais processuais, levando em conta os conteúdos ou as “naturezas”, formas de organização, efeitos da ação coletiva e os modos como algumas abordagens dão sinais de esgotamento e outras tantas emergem como forma de alcançar a compreensão da realidade prática.

Nesse capítulo, cabe-nos avaliar o processo de urbanização de Goiânia, capital planejada do estado de Goiás, localizada no Centro-Oeste brasileiro. Consideramos,

para tanto, aspectos que envolvem decisões da política institucional quando da mudança da capital do estado de Vila Boa para Goiânia, migração, demandas por moradia, ações coletivas e conformação do espaço urbano goianiense.

Isso porque não seria excessivo afirmar que a maioria dos movimentos sociais ocorridos em Goiânia são caracterizados fundamentalmente pelas ações de ocupação territorial, como alternativa à resolução das demandas por moradia. Verifica-se que essas ações ocorreram naquela cidade desde o início de sua construção, embora só a partir do final da década de 1970 comecem a emergir ações coletivas de posse urbana. A segregação sócio-espacial criada motivou experiências compartilhadas pela categoria pauperizada da população de forma que paulatinamente os(as) trabalhadores(as) da cidade, através dessas experiências, criam identidades coletivas e vínculos de solidariedades que aparecem na prática na forma dos movimentos sociais reivindicativos de posse urbana e de urbanização. Tais movimentos se estendem por toda a década de 1980 e 1990, embora assumam diferentes modos de ação política.

Nossa intenção não é exatamente mapear as características assumidas pelos diversos movimentos sociais urbanos goianienses, mas trazer alguns movimentos à tona de modo a compreender em que termos se localiza o movimento de posse urbana do Dom Fernando I (cujas caracterizações serão postas no capítulo 4 desse trabalho), no ambiente reivindicativo por moradia em Goiânia e também avaliar suas condições de nascimento e mudanças no cenário das ações coletivas que o constituíram enquanto movimento social.

Para chegar até lá, julgamos necessário compreender os processos e decisões que levaram à formação do espaço urbano goianiense. Vejamos então como isso aconteceu.

2.1 CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA: referenciais históricos, realidades e sonhos

A sistematização dos referenciais históricos da construção de Goiânia objetiva conhecer e contextualizar a realidade dos processos sociais e econômicos que precederam e influenciaram a mudança da capital de Goiás de Vila Boa para a cidade planejada de Goiânia. De maneira genérica, trataremos do período cronológico convencional que vai de 1930 até 1947, considerando ser nessa fase quando se acirram

as discussões sobre a mudança e a construção da nova capital. E depois, também de forma panorâmica, dos períodos de 1950 a 1980 que tratam da construção social do espaço de Goiânia.

Consideramos importante clarificar, desde o início deste capítulo, como ocorreu a urbanização em Goiás, levando em conta o peso que a migração teve em tal processo.

Os discursos em defesa da modernidade tornam-se presentes desde antes do Movimento de Trinta³, na região Centro-Oeste, fundamentalmente quando da construção de Goiânia e depois, reforçado com a construção de Brasília, em 1960. A ocupação do Centro-Oeste, objetivando prioritariamente o desenvolvimento e interiorização do país, teve como subsídio o planejamento e construção de cidades modernas e estrategicamente localizadas da região dos Goyazes, que transformaram o sertão goiano em um novo urbano.

Em Goiás, o discurso político da época atentava para a necessidade da construção de uma nova capital que representasse novas necessidades e até esperança de um Brasil mais urbano. Na busca de um urbanismo moderno, destacam-se planos políticos tal como o de Pedro Ludovico Teixeira idealizador da modernização do estado de Goiás e da Revolução de 30, até como mecanismo afirmador do poder estabelecido, num contexto de estado oligárquico, que até então permanecia influenciado pela hegemonia dos Caiado⁴.

Entretanto, segundo concepção desenvolvida por Francisco Itami Campos em “Mudança da Capital uma estratégia de poder” (1980), as discussões que envolveram a mudança da capital são mais antigas e fazem referência aos tempos da Capitania de Goyás. Já em 1749 quando o governador Conde dos Arcos toma posse e também conhecimento dos problemas da capitania, o governo português é informado sobre as condições desfavoráveis para a manutenção da Capital em Vila Boa e das

³ Também conhecido como Revolução de 30, na qual os agropecuaristas do Sul de Goiás exerceram funções governistas em sintonia com as orientações políticas do governo central, liderado por Getúlio Vargas. Para mais detalhamentos, ver SILVA, Ana Lúcia da. A Revolução de 30 em Goiás. Tese de Doutorado. USP, 1982.

⁴ A historiografia oficial normalmente trata o período de hegemonia dos Caiado (de 1912 até a chegada de Pedro Ludovico ao poder, em 1930) como uma fase de atraso e perseguições políticas. O primeiro patriarca, o coronel Antônio Ramos (Totó) Caiado é descrito por muitos historiadores como um governante centralizador, que seguiu enquanto pôde o desenvolvimento econômico e cultural do Estado, para garantir a supremacia dos donos de terras.

possibilidades de transferi-la para Meia Ponte, região onde atualmente localiza-se a cidade de Pirenópolis. Os motivos da transferência seriam principalmente o isolamento e as dificuldades de comunicação e o clima quente.

Por limitações financeiras, essa primeira idéia de mudança da Capital foi “resfriada” e só em 1930 renasceram novos desejos, interesses e novas idéias sobre a mudança com a proposta de transferência da Capital para Água Quente. Mas foi em 1932, no Congresso de Bonfim, atualmente a cidade de Silvânia, que Pedro Ludovico deu mais realismo às possibilidades, até então apenas cogitadas, mediante a manutenção dos argumentos anteriores acerca da insalubridade do solo, do clima quente e da má localização, por estar entre morros.

Mas discursos que envolviam a mudança da capital e apenas a figura de Pedro Ludovico, por si só, não foram capazes de definir a efetivação dos planos de fundação da nova cidade. Na prática, os discursos começaram a fazer sentido mediante as transformações nacionais de cunho econômico e político que faziam referência aos anseios de crescimento industrial e rearranjo político que, inclusive, posteriormente, caracterizaram o Movimento de Trinta.

Nacionalmente, o processo de desenvolvimento de capitalismo industrial gerava transformações relacionadas à expansão econômica ainda maior da produção agrícola cafeeira nacional, a necessidade de implementação de novas áreas e incorporação cada vez mais progressiva e expressiva do Estado de Goiás ao mercado nacional. Muito embora, a partir de 1910, Goiás já tivesse iniciado um impulso econômico através da expansão da economia cafeeira, que chega a esse Estado através da zona da mata mineira. Essa economia vai, assim, integrando-se à expansão do capitalismo periférico brasileiro e aos planos de integração territorial fundamental à implantação do projeto de modernização conservadora do governo Getúlio Vargas.

As Iniciativas desse governo acelerarão o processo migratório que se iniciou, em Goiás, desde 1920. Aliados a isso, contribui para esse processo a construção de Goiânia, na década de 1930, compreendida como parte do programa “Marcha para o Oeste” e também como iniciativa de criação de um novo espaço para a organização do poder político que resguardasse distância das oligarquias políticas do passado. Grande parte da parcela de migrantes era de pessoas sem qualificação para o trabalho, advindas

principalmente de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Este processo forçou a inclusão de uma nova massa de trabalhadores ao mercado que contribuiu para o desenvolvimento da economia agrária goiana e a aceleração da urbanização.

Esses trabalhadores, via de regra, dirigiam-se às várias fazendas, trabalhavam em roças como agregados, parceiros e meeiros, peões no garimpo, olarias, serrarias, lavradores diaristas, caseiros em chácaras. Muitos deles ambicionavam chegar até Goiânia e quando lá chegavam empregavam-se na realização de tarefas como pedreiros ou serventes de pedreiros, carpinteiros, marceneiros. Além disso, na década de 1940, o Governo Federal também incentivou a migração através de programas de colonização, como a Colônia Agrícola Nacional (CANG) e a Fundação Brasil Central (FBC), com o interesse de exploração econômica do Centro-Oeste e de viabilizar a comunicação das regiões norte e sul do Brasil e ocupação da Amazônia. Todo esse processo culminou com a construção de Brasília e toda a rede de rodovias que, de fato, colocou o estado de Goiás em contato com as outras regiões do país.

Vejamos mais detalhadamente como ocorreram esses processos que levaram à construção de Goiânia, tendo como base argumentativa a relação entre sua construção e a estruturação de sua malha urbana.

CORDEIRO e QUEIROZ, analistas que avaliam o processo de urbanização de Goiânia, definem-no em cinco ciclos de estruturação. O primeiro leva em conta a consideração das primeiras idéias de mudança da capital do Estado, desde o século XIX, até o dia do lançamento da pedra fundamental de Goiânia, em 1933. Foram vários os governadores que contribuíram para a mudança da capital, tais como Miguel Lino de Moraes (1830), Couto de Magalhães (1863), Carlos Pinheiro Chagas (1930) e o interventor federal Pedro Ludovico Teixeira (1933). Além disso, a Constituição Federal de 1891 demonstra o nível de importância que vinha sendo dado aos discursos em prol da mudança da capital, quando, no título do art. 5º, insistia e dava força para manutenção da capital do Estado na cidade de Goyas a partir dos dizeres: “*A cidade de Goyas continuará a ser a capital do Estado, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso*”.

O segundo ciclo estabelecido pelas autoras consideradas acima diz respeito a decisão que envolve a mudança da capital, em 1932 - 1933 e vai até a aprovação do

primeiro Plano Diretor da cidade em 1938.

O terceiro momento, dos anos 40 até os anos 50, compreenderia a fase em que o lugar da cidade estava sendo criado e o quanto eram fortes as idéias de que ela seria capaz de cumprir sua função social. Em conformidade com isso estariam as concepções teóricas de Atilio Corrêa Lima e Armando Augusto Godoy, respectivamente arquiteto e engenheiro que cunharam as linhas iniciais do urbanismo no Planalto Central. Tal fase caracteriza-se pela realização, na prática, da idéia que paulatinamente se materializou na cidade de Goiânia.

O quarto ciclo, já expressava as tentativas de reorganizar a cidade do ponto de vista urbanístico e do saber acadêmico, uma vez que proprietários de fazendas, a quem foi permitida a estocagem de terra no entorno de Goiânia, já realizavam o parcelamento de suas glebas. Tais proprietários beneficiavam-se do capital investido na fase em que compreendemos aqui como terceiro ciclo de estruturação da malha urbana, e beneficiam-se também da conivência do Estado no que diz respeito à busca de moradia clandestina por parte da população. Esse momento é caracterizado pelo início do crescimento desordenado da cidade, quando o Estado perde o controle da expansão urbana para a iniciativa privada. No entanto, as contribuições tanto do arquiteto paulista Luís Saia, em meados dos anos 50, quanto de Jorge Wilhelm, foram importantes no estabelecimento de medidas para frear a ampliação do espaço urbano pela iniciativa privada. Wilhelm, por exemplo, foi o responsável pela elaboração do Primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) em 1968, que resultou na institucionalização do processo de planejamento em 1972 e na criação de um órgão central de planejamento em 1975.

Por último, o quinto ciclo, teria se iniciado com a criação do Escritório de Planejamento (depois Instituto Municipal de Planejamento), em 1975 e trata-se da ampliação dos planos que objetivavam frear o crescimento desordenado do espaço urbano. Para tanto, houve a tentativa de estruturar o espaço viário e o transporte coletivo no sentido de humanizar o espaço urbano e não mais de recuperar seu traçado original. As contribuições para isso vieram dos arquitetos Jaime Lerner e Lubomir Vicinsky.

Esses recortes da história em ciclos cronológicos e convencionalmente delimitados são usados como alternativa ao conhecimento e entendimento de como

ocorreu à dinâmica urbana de Goiânia. Mas é inquietante buscar saber como os planos urbanísticos demarcam o tempo e o espaço da cidade numa relação às vezes tensa, às vezes nem tanto, com o campo político daquele momento. E não apenas isso, mas também como o espaço aos poucos vai sendo construído socialmente e não tão somente via planos institucionais.

2.2 CRIAÇÃO DO NOVO: Concepções e projetos da cidade

Pedro Ludovico Teixeira, Atílio Correia e Armando Augusto Godoy⁵ realizaram papel fundamental na construção de Goiânia. São sujeitos que simbolizam um tempo de realizações, expectativas e inovações. Os três idealizaram, projetaram e materializaram a, até então, segunda cidade planejada do Brasil, depois de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Em 1930 foi formada a Junta Governativa que representaria o poder institucional o Estado Goiás. A junta teve existência de três semanas e Pedro Ludovico Teixeira assumiu o governo estadual, como Interventor Federal até 1945, pela força do poder central. Em outubro de 1945, em decorrência do golpe militar contra Getúlio Vargas, Pedro Ludovico é afastado da Interventoria goiana e posteriormente a isso, é eleito a Senador. Em 1951, interrompe seu mandato de Senador para se candidatar ao cargo de Governador do Estado de Goiás, foi eleito e assumiu o governo de Goiás por apenas três anos e meio. Afastou-se do governo para se candidatar ao Senado pela segunda vez sendo eleito em 3 de outubro de 1954. Pedro Ludovico implementou condições fundamentais para a construção de Goiânia e sustentou um grande projeto de cidade moderna em um Estado com pouca visibilidade e importância econômica, com poucos recursos, baixa densidade demográfica e insignificante peso em termos de oposição política. Para ele, a nova capital deveria funcionar como símbolo da modernidade e assim, em 1933 demonstrou os porquês da construção de uma nova cidade:

Uma capital acessível, que irradie progresso e marche na vanguarda, coordenando a vida política e estimulando a economia, ligada à maioria dos municípios por uma rede rodoviária planejada, é o que p Estado de Goyaz necessita absolutamente para reivindicar, no seio da Federação, o lugar de saliência que os seus imensos

⁵ Ver BERNARDES, Genilda Darc. Goiânia, cidade planejada/ cidade vivida: discurso e cultura da modernidade. Tese de Doutorado. UNB, 1998. Ver também MONTEIRO, Ofélia Sócrates. Como nasceu Goiânia. São Paulo: Revista dos tribunais. 1938.

recursos, as suas possibilidades infinitas já lhe teriam conquistado, sem dúvida, se a capital atual, retrogradante, incapaz de promover o seu próprio desenvolvimento, não lhe tivesse estreitado os horizontes e embargado os impulsos de engrandecimento. (MONTEIRO; 1938).

A partir da citação acima, fica nítido que para Pedro Ludovico, a construção da nova capital fazia parte dos planos de desenvolvimento do Estado, já que, naquele momento, em 1933, a atual capital cidade de Goyaz não demonstrava conseguir levar a cabo o progresso, visto que apresentava-se estagnada no tempo. Segundo o interventor:

Como poderia dirigir e acionar o desenvolvimento do colossal território goiano, uma cidade como Goiaz, isolada, trancada pela tradição e pelas próprias condições topográficas ao progresso, e que em meio século não dá um passo para frente, não se mexe, não se remoça, não resolve um só de seus problemas? (MONTEIRO; 1938).

As concepções modernas que influenciaram a construção da nova capital aparecem no Decreto nº. 2737, de 1932: “*Dotar o Estado de uma capital moderna, que satisfazendo as exigências do urbanismo, sejam um centro de irradiação em todas as esferas da evolução econômico-social*”. (MONTEIRO; 1938). Além disso, tais concepções influenciaram na contratação dos técnicos responsáveis pelos traçados da nova cidade. Os técnicos orientavam-se por características do urbanismo moderno e partiam do pressuposto de que a cidade moderna deveria estar preparada para exercer funções políticas e administrativas e, no sentido econômico, preparada para polarizar o desenvolvimento. Os urbanistas contratados foram Armando Augusto Godoy e Atílio Corrêa Lima em 1933⁶.

Para Atílio Corrêa, a construção de Goiânia representava as transformações que o Estado de Goiás precisava para se desenvolver rapidamente e se inserir na dinâmica econômica nacional. Segundo ele, quando da construção de tal cidade, o Estado que a abrigaria assumiria papel estratégico no processo de interiorização do desenvolvimento do país e, ao mesmo tempo, o colocaria em evidência. Nesses moldes, Atílio Corrêa projetou uma cidade com traços nobres, com elementos urbanos de corte monumental, com espaços livres e largas avenidas, para o padrão da época. Além de atentar para a função de desenvolvimento econômico que tal centro urbano teria, chamou atenção para

⁶ Ver BERNARDES, Genilda Darc. Goiânia, cidade planejada/ cidade vivida: discurso e cultura da modernidade. Tese de Doutorado. UNB, 1998.

a representação da sua importância político administrativa, nos seguintes dizeres:

Num Estado onde não existiam cidades com mais de 10 mil habitantes, a criação de um centro, com seus edifícios públicos, largas avenidas e acondicionamento de todos os requisitos das cidades modernas, inspira confiança e justifica o emprego de capitais... a sua estrutura urbana deve ser ampla, refletindo uma certa nobreza de linhas, quer no seu traçado, que na sua edificação (LIMA; 1942).

O perfil do plano urbanístico da nova capital incorporou aspectos da monumentalidade de cidades consideradas importantes da Europa e dos Estados Unidos e posteriormente seria um exemplo de cidade planejada no Brasil. Assim para Atílio Corrêa: *“Procuramos adotar o partido clássico de Versailles, Carlsruhe e Washington, genericamente chamado de “Pate d’oie” pelo aspecto monumental e nobre, com merece a capital de um grande Estado (evidentemente que guardando as devidas proporções)”* (LIMA; 1942).

A parte central da cidade atende o padrão do desenho de um “pé de pato” (Pate d’oie) ou como outros preferem de “Manto de Nossa Senhora”. No Anteprojeto de Goiânia é possível observar que o centro principal da cidade tem consideráveis dimensões urbanas numa simetria com a estrutura de poder, na praça central, atualmente a Praça Cívica (Ver anexo 1). É nessa praça onde se localiza o marco zero da cidade. E local para onde algumas importantes avenidas, tais como Araguaia, Paranaíba, Tocantins, Goiás e muitas construções se convergem. Tal traçado em asteriscos, conforme é denominado pelos arquitetos e urbanistas, caracteriza-se por ter diversas vias de circulação em direção a uma praça ou a um *carrefour*, como poderiam dizer os franceses, para onde se convergem os fluxos de pessoas, de carros e onde está instalado o centro administrativo da capital.

Das avenidas ditas acima, a Araguaia e Tocantins partiriam do centro administrativo, e seriam cruzadas ortogonalmente pelas Avenidas Anhanguera e Pedro Ludovico, atualmente a Avenida Goiás.

A cidade idealizada por Atílio Corrêa deveria ser arborizada e ajardinada com aspecto artístico e monumental. Em seu plano, originalmente, quase 1/3 da cidade seria ocupada por espaços arborizados, o que significava 1.082 ha da área projetada, 375 ha ou 34,6% da área seriam considerados espaços livres e destes 162 ha para *parques ways*, jardins, play-grounds, e áreas destinada ao esporte.

Atílio Corrêa, no entanto, demonstrava preocupações com a ordenação do crescimento de Goiânia ao sinalizar para o que ele entendia ser o dever do poder público em organizar a cidade nos aspectos de controle e regulamentação do espaço urbano que a fariam ser uma cidade moderna, na prática. Nesse sentido diz: *“Como centro administrativo cabe-lhe a função de cabeça e de orientador. Sua política administrativa sempre vigilante será o coordenador e o estimulante para as atividades econômicas e sociais”*. (LIMA, 1942).

Armando Augusto Godóy, engenheiro e urbanista também contratado para realizar os primeiros posicionamentos acerca da construção de Goiânia, em 1933, foi muito influenciado pelas concepções de Cidades-Jardins, de Howard e Unwin, fundamentalmente por ser discípulo de Alfred Agache, arquiteto e urbanista francês contratado para elaborar um Plano Geral de Remodelação do Rio de Janeiro, a partir do Plano Agache, nos anos 30. Godoy foi convidado por Pedro Ludovico a dar pareceres importantes acerca da mudança da capital. Para tanto, elaborou um relatório no mesmo ano de sua contratação no qual levou em conta as considerações acerca da estrutura viária da capital e também com aquelas que a dessem acesso. Além disso, preocuparam-se em dizer a respeito da tributação, expansão da cidade e mecanismos de atração de migrantes.

Em tal relatório, Godóy fez paralelo entre as concepções estabelecidas acerca de cidades em datas anteriores e posteriores ao marco da Revolução Industrial. Antes dessa Revolução de cunho econômico, as cidades eram percebidas como espaços sem funcionalidades, não eram voltadas para a racionalização do mercado, inexpressivas e direcionadas para a prática de lazer e divertimento, apenas. A construção de novas cidades naquele momento era uma prática vista como gasto de dinheiro público, ostentação de riquezas e interessante aos ricos.

Mas devido às transformações ocasionadas pela Revolução industrial e toda a urbanização ocorrida em sua conseqüência, as cidades ganham novas funções e passam a ser lugar de produção e circulação de mercadorias e manifestações coletivas. Assim Godoy argumenta:

Hoje graças à evolução social e a circunstância de ter a humanidade encontrado na fase industrial, a cidade moderna é um centro de trabalho, uma grande escola em que se podem educar, desenvolver e apurar os principais

elementos do espírito e do físico do homem e uma fonte de poderosas energias sem as quais o povo não progride e não prospera. (Citado em MONTEIRO, 1938).

A partir do ponto de vista da ampliação da dinâmica econômica e até cultural, ao dizer que “*a cidade moderna é um centro de cultura*”, Godóy considerava necessário a construção de uma nova capital para o Estado de Goiás. Em seu discurso pela mudança da capital, atribui o pouco progresso do Estado de Goiás ao fato de não haver nele um centro urbano que expandisse e estimulasse a vida econômica e social da sua população.

Para esse urbanista, deveria haver também preocupações quanto aos custos das edificações de Goiânia para o Estado. Mas problemas dessa ordem seriam administrados levando em conta que o projeto da nova cidade possibilitaria ao Estado arrecadar recursos suficientes para amortizar valores mediante venda de lotes cada vez mais valorizados e da atração de capital humano para a nova capital. Além disso, chama a atenção para a construção de rodovias que facilitassem a integração econômica da nova cidade com outras áreas produtivas do Brasil possibilitando a troca e circulação de mercadorias e valorização dos terrenos nas imediações da capital.

Tais terrenos deveriam permanecer sobre o controle do Estado, que desempenharia o papel de agenciador dos espaços para a comercialização dos lotes nas proximidades da nova capital. Essa concepção já demonstrava preocupações quanto à possibilidade de descontrole sobre o crescimento da cidade.

As concepções acima tratam dos suportes técnicos oferecidos a Pedro Ludovico Teixeira que, a partir de então, necessitava tomar posições no campo das ações e decisões políticas que, de fato, fundamentassem a mudança da capital.

A demonstração da vontade de mudar a capital do Estado de Goiás veio a tona antes mesmo da administração do interventor Pedro Ludovico Teixeira. Mas a criação da necessidade dessa mudança começou a dar sinal de que poderia ser importante quando os discursos da construção da nova capital começaram a ter mais conteúdos de estratégia política e de desenvolvimento econômico do que sanitaristas, embora conteúdos dessa ordem permanecessem sempre presentes. Goiânia interessava aos revolucionários de trinta e ao então Presidente Getúlio Vargas, que esteve nessa cidade em 1940, e se manifestou da seguinte forma acerca desse assunto:

O vosso planalto é miradouro do Brasil, e os seus rios correm em tôdas as direções, para levar ao Norte como ao Sul, a força das suas águas e a fertilidade do húmus... mostrastes a vossa ação organizadora e o vosso empenho progressista como a de construir – dirá melhor – de improvisar em pleno descampado, uma cidade como esta – a segunda do Brasil edificada de acôrdo com um moderno plano urbanístico, atendendo, não a eventualidades políticas, mas às exigências do crescimento demográfico e econômico do Estado... O Governo Nacional, no propósito de impulsionar o Brasil como um todo orgânico e equilibrado, continuará a prestar-vos amplo auxílio, principalmente no que se refere desenvolvimento das comunicações e transporte ferroviário, fluviais e aéreos... É preciso reconhecer, e desejo faze-lo aqui, que, para alcançá-los, foi necessário colocar à frente do governo um homem da inteligência realizadora do Dr. Pedro Ludovico Teixeira, devotado, desde 1930, ao bem público e ao serviço do seu povo... Torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. Do alto dos vossos chapadões infundáveis, onde estarão, amanhã, os grandes celeiros do país, deverá descer a onde civilizadora para as planícies do Oeste e do Noroeste”. (Discurso pronunciado por Getúlio Vargas em Goiânia no dia 07/18/1940. IBGE, 1942).

É notável o quanto o sentido desse discurso está direcionado para o contexto de interiorização e expansão do desenvolvimento, a partir da concepção de impulsionar a acumulação do capital industrial ainda muito enfraquecido, uma vez que as atividades agro-exportadoras de acumulação era o tipo padrão dominante.

No plano estadual, ou local, as disputas políticas pelo poder se mostravam nos embates entre Pedro Ludovico, o representante de padrões modernos e da região Sudoeste do Estado, por sua vez a área mais rica e desenvolvida de Goiás, entre o poder central da época representado e dominado pela oligarquia dos Caiado. A Revolução de Trinta foi importante porque vem em caráter das novas configurações do jogo da política local. Os Caiado, então, perdem representatividade e força política, o que proporciona à Pedro Ludovico um momento chave em sua ascensão como interventor federal e boas notícias a quem sonhava com a construção de uma nova capital para Goiás.

Num primeiro momento foi criada uma comissão que pudesse escolher o local mais adequado para a nova cidade. Necessitar estar próxima a linha férrea, abundância

de água, clima agradável e topografia conveniente à obras, foram requisitos importantes quando da escolha do local. Alguns lugares atendiam a esses pré-requisitos, tais como Bonfim, Ubatan, Campinas e, posteriormente, Pires do Rio.

Com o intuito de formalizar e legalizar os processos de construção da nova capital, Decretos foram elaborados. Em 20 de dezembro de 1932, Pedro Ludovico assinou o Decreto nº 2737, que nomeou a comissão de escolha do local para a nova cidade. No dia 6 de julho de 1933 a contratação do arquiteto Atílio Corrêa Lima para a elaboração do Plano Diretor de Goiânia. Posteriormente, em 18 de julho de 1933 o município de Campinas foi escolhido como local indicado como o mais apropriado para a construção de Goiânia, mediante Decreto nº 3359. Mais tarde, em 24 de outubro de 1933, a pedra fundamental dessa cidade foi lançada. E em janeiro de 1935, Atílio Corrêa faz a entrega do relatório que tratava das obras em andamento, e, também, do primeiro Plano Urbanístico de Goiânia, que teve aprovação em 1938. Por último, em 23 de março de 1937, ocorreu a transferência da capital do estado de Goiás para a nova cidade, depois da concretização da construção de todos os prédios públicos indispensáveis ao funcionamento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esses últimos fatos foram pautados no Decreto nº 1816 daquela data.

Entretanto, como se estruturou sua urbanização de Goiânia, mediante sua construção?

Posteriormente, nesse trabalho, entrarão em foco discussões sobre planos e ações concretas que tornaram possível a conformação do urbano goiano, a partir de 1950. Demonstrando, assim, como o processo de construção e consolidação de Goiânia é fruto de dinâmicas, às vezes contraditórias, em nível de sistema político e expectativas coletivas.

2.3 CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO GOIANIENSE

A dinâmica de urbanização da região onde Goiânia seria construída pode ser avaliada mediante os índices que apontam o crescimento da população urbana, rural, população total e taxas de crescimento populacional.

Em relação à população residente na Região Centro-Oeste, nos anos que vão de 1940 a 1996, a tabela 3 demonstra que a população de tal região, até 1960, correspondia

a menos de 5% do total da população brasileira. A partir da década de 1970 até 1996, amplia-se e varia entre 5,4% e 6,7%, embora a concentração populacional do Centro-Oeste esteja primordialmente em Goiás e Distrito Federal. O crescimento da ocupação do Centro-Oeste, conforme tabela abaixo, eleva o nível de curiosidade em relação a como a população residente em tal região foi se estabelecendo e de que maneira foi habitando tal região.

TABELA 1 - População Residente na Região Centro-Oeste 1940-1996

-	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
BRASIL	41.236.315	51.944.397	70.070.457	93.139.037	119.002.706	146.825.474	157.079.573
CENTRO-OESTE	1.258.679	1.736.965	2.942.992	5.073.259	7.544.795	9.427.601	10.501.480
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	1.369.567	1.780.373	1.927.834
Mato Gosso	432.265	522.044	889.539	1.597.090	1.138.691	2.027.231	2.235.832
Goiás	826.414	1.214.921	1.913.289	2.938.677	3.859.602	4.018.903	4.515.868
Distrito Federal	-	-	140.169	537.492	1.176.935	1.601.094	1.821.946

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais. Censo Demográfico.1996. Contagem Populacional.

Em Goiânia, em 1940, a população era de 48.166 habitantes, segundo Censo Demográfico do IBGE. Desse total, considera-se que 31,2% da população era urbana e 68,8% era rural. Entretanto, a taxa de crescimento anual da população urbana era elevada e acusava índice de 10%. Essas informações podem ser verificadas nas tabelas abaixo:

TABELA 2 - População Total e Participação Relativa da População Urbana e Rural da Aglomeração de Goiânia

MUNICÍPIOS	1940		
	Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
Aparecida de Goiânia	-	-	-
Goiânia	48.166	31,2	68,8
Goianira	1.455	21,6	78,4
Nerópolis	4.758	23,4	76,6
Senador Canedo	-	-	-
Trindade	9.738	14,6	85,4
Total da Aglomeração	64.117	27,9	72,1

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

TABELA 3- Taxa média Geométrica de Crescimento Anual da População da Aglomeração de Goiânia

MUNICÍPIOS	1940-1950		
	Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
Aparecida de Goiânia	-	-	-
Goiânia	1,0%	10,3%	-8,6%
Goianira	-2,0%	-0,8%	-2,4%
Nerópolis	1,9%	5,1%	0,7%
Senador Canedo	-	-	-
Trindade	5,9%	19,2%	0,9%
Total da Aglomeração	1,9%	10,9%	-5,1%

FONTE: Elaborado a partir dos dados do IBGE. Censo Demográfico

A mudança do quadro populacional total de Goiânia modifica-se muito em dez anos. O censo demonstra que o número total de habitantes passa de 48.166, na década de 1940, para 53.389, na década de 1950. Considerando que desse último total, 74,7% era urbana e 25,3% era rural, ampliando a taxa de urbanização de menos de 30% nos anos 40 para mais de 60% nos anos 50. (Ver tabela 4).

TABELA 4- População da Aglomeração de Goiânia em 1950

MUNICÍPIOS	1950		
	Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
Aparecida de Goiânia	-	-	-
Goiânia	53.389	74,7	25,3
Goianira	1.188	24,6	75,4
Nerópolis	5.739	31,8	68,2
Senador Canedo	-	-	-
Trindade	17.342	47,6	52,4
Total da Aglomeração	77.658	64,7	35,3

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

O crescimento populacional de Goiás dá um grande salto quando da construção de Goiânia, nos levando a crer que os fluxos migratórios influenciam o desenvolvimento dessa cidade, mudando seu perfil sócio-econômico. Para Venerando Freitas, 1942, em palestra realizada no Rio de Janeiro, as mudanças que a construção de Goiânia ocasionou, para a região Centro-Oeste, eram qualificadas assim:

O fenômeno de emigração é que tem trazido para Goiânia a sua maior fama no aumento da massa demográfica, constituindo para o Estado uma perspectiva risonha na sua vida econômica de amanhã... Tudo o que se tem feito constitui novidade; Campinas de cinco anos atrás era um amontoado de casas ribeirinhas como população diminuta, sem iniciativa própria, sem fábricas sem indústria e sem economia. (FREITAS, 1942).

A população goianiense, que se constituiu naquele período era composta por comerciantes, remanescentes do município de campinas, trabalhadores da construção civil, funcionários públicos transferidos da antiga capital, funcionários técnicos em arquitetura e engenharia vindos de outros estados do país. Pessoas essas que formavam as correntes migratórias e deixavam suas áreas rurais e urbanas de origem, motivados por melhores condições de vida, fundamentadas em melhores condições de trabalho. Ao chegarem ao Centro-Oeste, algumas dessas pessoas foram residir em áreas periféricas de Goiânia e até em pequenas cidades vizinhas, ampliando a massa marginalizada em busca de sobrevivência e de vagas no mercado de trabalho. Aspectos da configuração da segregação sócio-espacial construída em Goiânia serão mais detalhados em parágrafos posteriores.

Entretanto, cabe-nos discorrer acerca das modificações ocasionadas no espaço devido às obras de infra-estrutura da nova capital. As obras se intensificaram quando da instalação e inauguração da energia elétrica em 1936 e também com o batismo cultural de Goiânia. É importante deixar evidente que até esse período ainda era possível o controle do uso das terras urbanas dessa cidade pelo Governo do Estado, ainda que o parcelamento do solo via iniciativa particular fosse permitido, na forma de chácaras suburbanas. Naquela fase, as pressões por lotes urbanos intensificaram-se, tendo como consequência a instalação do Setor Sul e Oeste, ainda que forçosamente porque essas áreas estavam reservadas para a expansão futura da cidade.

As mudanças na imagem da cidade ocorreram rapidamente, fundamentalmente com a construção de prédios públicos, estabelecimentos comerciais e moradias. Assim o prefeito de Goiânia se posicionou a esse respeito, em discurso no Rio de Janeiro:

Podemos afirmar que a antiga Prefeitura de Campinas expedia um alvará de licença para construir de dois em dois anos. Atualmente, a Prefeitura expede, em média, 10 por dia. Alvarás para a abertura de casas comerciais, 1 por ano. Atualmente, a Prefeitura expede 8 por dia. (FREITAS, 1942).

As construções dariam respaldo estrutural às diversas atividades de caráter público e privado demonstravam o quanto as dinâmicas sociais e econômicas da nova cidade e das suas imediações davam outro aspecto ao espaço, antes um imenso cerrado. O aquecimento da economia local e de outras regiões do país ocorreu muito em função das atividades da construção civil realizadas em Goiás, uma vez que tais atividades são fortes multiplicadores de emprego, mão-de-obra, utilização de materiais de construção muitas vezes importados de outras localidades, e equipamentos em geral usados naquelas obras.

O governo local priorizava e acelerava as edificações do núcleo central da cidade para que os poderes político e administrativo começassem a funcionar o mais rápido possível e também para que a conclusão das obras atraísse investidores de iniciativa privada. Para tanto, o governo chegou a criar o Departamento de Propagandas e Vendas de Terras através do Decreto nº 4739 de 20 de junho de 1934, com o intuito de facilitar a ampliação do incentivo à formação da nova capital, mediante a venda de lotes, desde que estivesse de acordo com a planta aprovada pelo governo.

Dez anos depois, em 1944, já ocorreriam atos que objetivavam frear a desconfiguração do plano original de Goiânia, ainda que diante de diversas pressões da iniciativa privada, justificadas pela dinâmica da economia de mercado. E nesse sentido um Decreto-Lei nº 11 de 06 de março de 1944 veio a proibir novos loteamentos por um período de cinco anos, atingindo o poder público, o responsável legal pelo parcelamento das glebas ainda disponíveis, mas restringindo de modo geral o poder de decisão de parcelar o solo urbano principalmente do ponto de vista dos proprietários de terras do município.

Em termos de cenário político nacional, de 1937 a 1945, as perspectivas do Estado Novo que deram grande suporte ao projeto da nova capital estavam chegando ao fim. Os propósitos intervencionistas da política getulista perdiam força para novas idéias políticas. Isso é percebido na prática quando Eurico Gaspar Dutra é alçado à presidência da República tendo seu mandato estendido pelo período de janeiro de 1946 a janeiro de 1951. Essa fase caracterizou-se por posicionamentos políticos liberais para a economia no sentido do seu fortalecimento, com orientação capitalista e de mercado.

Mesmo diante dessa nova realidade, as restrições à expansão urbana sistematizadas em 1944 resistiram até 1947. Demonstrando a insistência do governo local em levar a cabo a efetivação da nova capital, de maneira mais próxima possível aos limites do seu projeto original de construção e sob o controle do Estado. A referência a 1947 foi feita exatamente porque foi naquele ano em que, em função das pressões para a ampliação do espaço urbano, foi aprovado o Código de Edificações de Goiânia, o Decreto-Lei 574 de maio de 1947, de conteúdo amplo que incluía toda a legislação urbana da localidade. Incluía, portanto, toda a Lei de Zoneamento, Lei de Loteamentos e Lei de Uso e de Ocupação do Solo. O Decreto, por um lado, permitia dentre outras coisas, que a iniciativa privada lançasse novos loteamentos, e por outro, delimitava o espaço permitido. Para eles, os novos loteamentos poderiam ser realizados apenas nas cidades-satélites projetadas para serem construídas num raio de 15 km da Praça Cívica. O Decreto também estabeleceu exigências e obrigou a implantação de toda infra-estrutura que correspondia à implantação de pavimentação, incluindo o nivelamento, abaulamento, colocação de meio-fio, sarjetas, galerias e águas pluviais, calçamentos a paralelepípedo, asfalto ou concreto, rede de água tratada e esgoto.

Diante da agregação de força das pressões por parte dos proprietários de lotes interessados em seu parcelamento, Decreto-Lei referenciado acima foi alterado e substituído pela Lei nº 176, de março de 1950. Essa Lei revogava as cláusulas que exigiam dos proprietários de terras a implantação de infra-estrutura nos lotes parcelados. Houve, no entanto, a regulamentação de implantação de infra-estrutura básica que exigia apenas a abertura de vias, que ocorreu mediante a elaboração do Decreto Municipal nº 16 de junho de 1950.

Entretanto, a responsabilidade de implantar infra-estrutura nos loteamentos passou a ser do poder público. Isso diminuiu a autonomia do município sobre o parcelamento urbano e a transferiu para a iniciativa privada.

Dos anos de 1950 até meados dos anos de 1960, pode-se inferir que os proprietários de terras e as imobiliárias participaram ativamente do processo de configuração sócio-espacial em Goiânia. Eles reservaram lotes em áreas mais centrais daquela cidade na espera da sua valorização e parcelaram glebas de terras mais afastadas e as venderam sem quaisquer beneficiamentos infra-estruturais.

Nesse contexto, o cenário político nacional sofreu novas alterações com a retomada da concepção desenvolvimentista de acordo com o que ficou conhecido como substituição de importações. Getúlio Vargas havia voltado ao poder mediante eleições indiretas, fortalecendo a administração regional de Pedro Ludovico nos períodos de 1951 a 1954⁷, que dessa vez havia sido eleito por processo indireto bem como seus sucessores. Por outro lado, a força do setor imobiliário continuou pressionando o poder público acerca do parcelamento do solo. Além do que a população continuava a crescer saltando de pouco mais de 50 mil habitantes em 1950 para 153 mil habitantes em 1960, segundo dados do IBGE.

A partir de 1956, esse crescimento foi ainda mais alimentado pelos investimentos na construção de Brasília, que viria a ser a nova Capital Federal, e, combinado a isso, o processo de modernização da agricultura no Centro-Oeste, de modo geral e, especificamente, no Estado de Goiás. É importante deixar evidente que as taxas de crescimento da população urbana do Planalto Central, região do eixo Goiânia – Brasília tem relação direta com a construção desta última cidade, além do que Goiânia começou também a receber pessoas que, por diversos motivos, não conseguiam se adaptar e sobreviver no Distrito Federal.

Diante disso, o governo local volta a preocupar-se mais com o planejamento urbano na tentativa de exercer controle e administrar os efeitos do crescimento desordenado da malha urbana, se amparando nas perspectivas desenvolvimentistas do

⁷Juscelino Kubitschek de Oliveira assume a presidência da república e governa de 1956 a 1961, posteriormente Jânio Quadros, em 1961, e após sua renúncia, João Goulart assume o cargo de 1961 a 1964 quando é deposto pelos militares que ficam no poder por 25 anos.

governo nacional. É durante o governo estadual de Mauro Borges⁸ que tal realidade ocorre. AGUIAR assim reflete acerca desse assunto:

É perceptível a identificação do governo estadual com o ideário desenvolvimentista, até mesmo pela aspiração de uma futura industrialização. Esse engajamento levou a propostas e mesmo a ações no sentido de dotar o estado das condições básicas para sustentar um processo de crescimento das atividades produtivas. O suporte para a implantação de políticas desenvolvimentistas para o Estado foi a reforma administrativa levada a efeito durante o governo Mauro Borges. Além da criação de novo órgão para o gerenciamento das políticas públicas propostas pelo governo, foram criados órgão com a finalidade de dar especificidades às políticas federais. (AGUIAR, 1999).

Entendemos que, nos anos do governo Mauro Borges, a estruturação do espaço urbano goianiense foi caracterizado por ser um misto de planejamento técnico, com aporte do saber acadêmico, ao mesmo tempo em que ocorreu em função da criação de novas necessidades humanas e interesses econômicos de algumas parcelas população. Levando a crer que o planejamento urbano em Goiânia, institucionalizado em níveis hierárquicos da administração pública, se impõe politicamente em alguns momentos, mas em outros não sustenta a pressão da iniciativa privada e abre espaço para ela, viabilizando a aprovação de lotes e a construção de novas moradias, justificadas no grande afluxo de pessoas na nova cidade.

Nas décadas de 1950 e 1960, o setor imobiliário ampliou seus ganhos com a venda de loteamentos em áreas mais distantes do plano piloto goianiense, fazendo isso sem assumir grandes custos, uma vez que a responsabilidade dos loteadores se restringia a fazer arruamentos e obedecer a localização indicada. E também criavam possibilidades de ganhos financeiros ao reservarem lotes em áreas mais centralizadas enquanto esperavam pelos beneficiamentos que o poder público pudesse fazer em suas imediações.

Esse fenômeno tem relação causal com o crescimento da cidade pelo processo de expansão da periferia. Considerando que nesses locais, as condições de vida eram consideradas precárias, onde ausentavam recursos como água tratada, esgoto, transporte

⁸Mauro Borges, filho de Pedro Ludovico, governou pelo período de 1961 a 1964 e teve o planejamento como característica fundamental da sua administração. Para maiores detalhes acerca do governo Mauro Borges, ver RABELO, 1976.

coletivo, telefones, saúde, escola e creches públicas. Situação essa que deu prerrogativas à organização de movimentos sociais reivindicativos urbanos que conquistaram mais expressão em décadas posteriores.

Nas décadas de 1970 e 1980 os proprietários de terras, as imobiliárias, as construtoras e as incorporadoras realizaram papéis mais fluidos, considerando que essas últimas às vezes eram, ao mesmo tempo, construtoras e imobiliárias, num processo de acúmulo de funções. Além disso, o governo comprou grandes áreas em lugares distantes do plano piloto com a intenção de assentar populações de baixa renda que ocupavam áreas mais centrais e ociosas na malha urbana. Essas populações já concebiam as ocupações de terras urbanas, que ocorriam de maneira organizada e/ou espontaneamente, como forma de solucionar as demandas urbanas por moradias, por parte de pessoas que viviam em condições precárias de vida. De maneira geral, essas pessoas paulatinamente desenhavam a imagem da nova cidade em oposição ao seu planejamento oficial e em diálogo escasso, por vezes até enfrentamentos, com os governos estadual e municipal.

Naquele último período, as comercializações de imóveis restringiram-se a venda de conjuntos habitacionais e da regularização de algumas áreas de posse. Algumas informações a partir dos dados da Secretaria de Planejamento (SEPLAM) confirmam a afirmação anterior dando a entender que nos anos de 1960 apenas seis loteamentos foram lançados, e ainda assim com objetivos de serem conjuntos habitacionais e sítios. E nos anos de 1970 dois loteamentos foram aprovados.

Nesses termos, a expansão urbana de Goiânia passou a avançar cada vez mais para a zona rural e zona de expansão urbana mediante iniciativa privada e lançamento de lotes clandestinos. Até a iniciativa pública também lançou núcleos habitacionais para a população de baixa renda e com um perfil sócio econômico particular, fundamentalmente nas Zonas Norte e Noroeste da cidade. Ampliaram-se cada vez mais o número de loteamentos em áreas ilegais, algumas delas amparadas pelas imobiliárias nos quesitos parcelamento, traçado e comercialização das áreas. Além disso, as ocupações também contribuíam com a conformação do urbano quando da tomada de áreas ociosas em localidades mais centrais ou mais distantes do plano piloto. A imagem da cidade vai sendo desenhada também mediante a construção de prédios residenciais e comerciais em áreas mais centrais que haviam sido estocadas desde as décadas de 1950.

Isso caracteriza o desenho urbano de Goiânia pela expansão vertical das áreas do meio e da horizontalização das áreas mais distantes. Promovendo o favorecimento da segregação sócio-espacial e a ocupação rarefeita das áreas urbanas.

As proporções das demandas por moradia podem ser inferidas mediante tabela abaixo, que contempla a população da aglomeração de Goiânia em 1970 e 1980:

TABELA 5- População da Aglomeração de Goiânia 1970 e 1980

MUNICÍPIOS	1970			1980		
	Total	Urbana (%)	Rural (%)	Total	Urbana (%)	Rural (%)
Aparecida de Goiânia	7.470	11,8	88,2	43.405	48,9	51,1
Goiânia	381.055	95,3	4,7	738.117	98,1	1,9
Goianira	6.091	24,5	75,5	7.545	63,0	37,0
Nerópolis	7.735	54,7	45,3	9.449	75,8	24,2
Senador Canedo	2.717	42,4	57,6	3.090	27,8	72,2
Trindade	22.519	61,3	38,7	31.039	72,9	27,1
Total da Aglomeração	427.587	90,0	10,0	832.645	93,8	6,2

FORNTE: IBGE - Censos Demográficos

O crescimento populacional e o processo através do qual ocorria a expansão urbana, leva a cidade a crescer em direção aos municípios vizinhos, demonstrando que o processo goiano de desconcentração metropolitana, que acompanha o brasileiro em geral, rompe com áreas limítrofes.

Além disso, nos anos de 1970 entra no cenário da produção imobiliária o ator do incorporador imobiliário que fará da habitação uma mercadoria cada vez mais rentável com as construções de conjuntos habitacionais horizontais com infra-estrutura média em áreas mais distantes do centro de Goiânia e prédios destinados à classe média, com vendas facilitadas mediante intermediação do Banco Nacional de Habitação (BNH), extinto em 1986 através do Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986. Os incorporadores imobiliários às vezes entram em conflitos com os proprietários urbanos possuidores de bens ociosos que impedem o crescimento do ciclo imobiliário. Num mesmo foco também agiram as empresas de construção que começaram a produzir

edificações em larga escala, corretoras de imóveis que comercializaram os bens construídos através das suas vendas ou aluguéis. Por último, o consumidor, comprador imobiliário, que sempre encerra o ciclo da habitação com a compra de imóveis via financiamento e/ ou com capital próprio. Especificamente em Goiânia, as incorporadoras imobiliárias da época eram as Irmãos Valle, Irecell, INCA e ENCOL, que tiveram participação nas obras de Brasília, Cuiabá e Belém.

Toda essa dinâmica imobiliária era beneficiada pelas propostas políticas nacionais daquele momento. O país apresentava altas taxas de crescimento econômico e a visibilidade que as questões urbanas alcançaram, devido à grande mobilidade social que as cidades do Centro-Oeste apresentavam, e em função dos fluxos migratórios, contribuíam para chamar atenção para a dinâmica imobiliária. O governo federal, então, criou uma série de mecanismos facilitadores que disponibilizavam recursos para as cidades de grande e médio porte, através do Banco Nacional de Habitação (BNH), Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), Planos de Desenvolvimento Integrado (PDIG) e Plano de Ação Concentrada (PAC), para as cidades com mais de 45 mil habitantes.

Tudo isso contribuiu para facilitar a ação dos incorporadores imobiliários que, naquele momento, lançaram o olhar empreendedor para as áreas estocadas mais centrais e remanescentes, por serem espaços privilegiados para investimentos em habitação. Áreas remanescentes como aquelas que se localizavam no Setor Central, Setor Oeste e, posteriormente, nos Setores Bueno e Marista serão contestadas para a construção de prédios de classe média. Enquanto isso houveram também disputas em áreas mais distantes, como os que viriam a ser a Vila Redenção, Vila Alvorada, Vila União e Novo Horizonte, onde seriam construídos conjuntos habitacionais para classes mais baixas. Grandes obras também foram realizadas e elevaram a força do setor da construção civil de Goiânia, tais como a construção do Estádio Serra Dourada, Autódromo Internacional e Ginásio Rio vermelho.

Nos anos de 1980, no entanto, o processo de ocupação do solo de Goiânia se expressou pela disposição da cidade legalizada através da construção de prédios de apartamentos em suas áreas centrais. Por outro lado se expressou também com a

ampliação dos loteamentos ilegais, loteamentos irregulares e clandestinos⁹ e áreas de posses. Essas informações já apontam para os campos de conflitos estabelecidos entre o poder público, imobiliárias e população que demandava moradia, conforme será mais bem detalhado nos parágrafos abaixo.

Um primeiro processo intenso de ocupação urbana em Goiânia iniciou-se em meados de 1979, com a ocupação da Fazenda Caveirinha realizada por um grupo de pessoas. Tal ocupação tem desdobramentos na implantação da Fazenda São Domingos que deu origem a cinco parcelamentos que abrigaram mais de 35 mil pessoas, atualmente a referida área abriga os bairros da Vitória, Floresta, São Carlos, Boa Vista e São Domingos. Todo esse processo ocorreu num período político radicalmente fechado e se apresentava como desafio ao regime militar.

Alguns aspectos caracterizaram a dinâmica de urbanização de Goiânia, nos anos de 1980. Um deles foi o avanço dos loteamentos. A população precarizada e o governo local davam o tom das relações contraditórias que se estabeleciam naquele momento. Relações essas às vezes intermediadas pelo setor imobiliário que promoveu loteamentos clandestinos e os venderam para famílias pobres que não se preocuparam em questionar acerca da legalidade do lote e foram levadas a sua compra devido à grande vontade de conseguirem propriedade. Algumas imobiliárias agiam de má fé apostando na desinformação das famílias e da sua capacidade de mobilização junto ao poder público com vistas a legalização dos seus lotes.

No sentido da política nacional, vale ressaltar que o contexto dizia respeito à fase de abertura política num processo de acúmulo de forças do ponto de vista sócio-político, que teve expressão maior com a constituinte de 1988, e as eleições diretas para governador, prefeitos de capitais, depois para todos os municípios e, em 1989, para presidência da República. Em Goiás, o PMDB assumiu o governo e usou muito das construções de unidades habitacionais para a população de baixa renda como mecanismos de obtenção de votos e como prática política.

⁹ São considerados loteamentos clandestinos aqueles sem registro nos órgãos oficiais do poder público. Os irregulares são aqueles que os responsáveis por seus lançamentos pressionam os órgãos públicos por infra-estrutura e por regularização da área. Ambos são considerados ilegais por não cumprirem as exigências da Lei Federal 6.766 e a Lei Municipal 4.526.

Como prática política também, utilizou-se do capital imobiliário e removeu moradores de áreas de posse para outras áreas localizadas fora do perímetro urbano. Favorecendo assim a acessão das Imobiliárias mediante revalorização das áreas antes ocupadas. As remoções, no entanto, às vezes ocorreram fora dos termos da legislação urbana vigente, criando loteamentos de baixa qualidade, sem preocupações com os recursos ambientais e para o espaço rural.

Quando da avaliação dos dados referentes à população de Goiânia e do seu entorno, de 1980 a 2000, fica claro, conforme tabelas seqüentes, as elevadas taxas de crescimento da população urbana dos municípios vizinhos. Isso significa que houve uma desconcentração das atenções para a capital, e um crescimento das cidades do entorno goianiense cada vez mais urbanizados implicando também um maior desafio à administração urbana. (Ver tabelas 6 e 7).

TABELA 6 - População da Aglomeração de Goiânia em 1980 e 1991

MUNICÍPIOS	1980			1991		
	Total	Urbana (%)	Rural (%)	Total	Urbana (%)	Rural (%)
Aparecida de Goiânia	43.405	48,9	51,1	178.483	98,4	1,6
Goiânia	738.117	98,1	1,9	922.222	99,1	0,9
Goianira	7.545	63,0	37,0	12.896	78,6	21,4
Nerópolis	9.449	75,8	24,2	12.987	87,1	12,9
Senador Canedo	3.090	27,8	72,2	23.905	36,6	63,4
Trindade	31.039	72,9	27,1	54.072	90,5	9,5
Total da Aglomeração	832.645	93,8	6,2	1.204.565	97,0	3,0

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

Em décadas recentes, revogou-se a Lei 4.526 de 1971, que exigia a implantação de infra-estrutura por parte do loteador e com a aprovação da Lei de Parcelamento nº 7.222 de 1993 que desobrigava o loteador de cumprir com as exigências já explicitadas anteriormente, em nome do que foi classificado como interesse social de habitação. Em função disso, de 1990 a 2000, 154 novos parcelamentos urbanos foram realizados com mais de 58.195 lotes, segundo a Secretaria Municipal de Planejamento.

No próximo tópico deste trabalho, explicitaremos com mais detalhes os processos de crescimento da cidade, nas décadas de 1980 e 1990. Em consonância a isso, serão explicitados os aspectos da configuração da segregação sócio-espacial encontrada em

TABELA 7 - População da Aglomeração de Goiânia em 1991,1996 e 2000

MUNICÍPIOS	1991			1996			2000		
	Total	Urbana (%)	Rural (%)	Total	Urbana (%)	Rural (%)	Total	Urbana (%)	Rural (%)
Aparecida de Goiânia	178.483	98,4	-1,6	265.868	100,0	-	335.822	99,8	0,2
Goiânia	922.222	99,1	0,9	1.004.098	99,4	0,6	1.090.581	99,3	0,7
Goianira	12.896	78,6	21,4	15.194	95,7	4,3	18.743	96,5	3,5
Nerópolis	12.987	87,1	12,9	15.241	90,6	9,4	18.574	93,0	7,0
Senador Canedo	23.905	36,6	63,4	44.266	93,5	6,5	53.030	95,0	5,0
Trindade	54.072	90,5	9,5	69.838	93,3	6,7	82.131	96,0	4,0
Total da Aglomeração	1.204.565	97,0	3,0	1.414.505	99,0	1,0	1.598.881	99,0	1,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, contagem/96 e dados preliminares do censo 2000.

Goiânia. Não consideramos que tal configuração tenha se iniciado apenas nas décadas referenciadas acima. Mas foi naquelas décadas que se tornou mais expressiva em termos quantitativos, e em termos qualitativos impregna a efetivação da construção da nova capital desde a escolha do “sítio” para a implantação da nova capital.

A construção de Goiânia, tanto no seu sentido material quanto no social do espaço é consequência de relações políticas no cenário das disputas de poder, de relações econômicas e da população que demandava moradia. Na prática, a configuração dessas relações foi desconstruindo seu perfil idealizado e traçado no projeto urbanístico da nova capital, levando-o a perder seu caráter ingênuo e discursivo, apenas. Paulatinamente, as relações sociais estabelecidas demonstravam suas peculiaridades contraditórias, conforme ocorre em quaisquer relações humanas, em maior ou menor grau. A cidade imaginada por Pedro Ludovico, Atílio Corrêa e Armando Augusto de

Godóy, na realidade apresentou-se enquanto combinação das negociações dos interesses imediatos das necessidades dos moradores, dos políticos, especuladores imobiliários, criando segregações sócio-espaciais e diferenças bruscas entre a cidade planejada e a cidade vivida.

2.4 A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL EM GOIÂNIA

O governo de Goiás tomou algumas decisões para acessar as terras onde Goiânia seria construída. Tendo sido escolhido o município de Campinas para sediar a construção da nova capital, várias fazendas foram compradas pelo governo para formar o perímetro urbano da cidade. Outras fazendas foram doadas por seus proprietários que, por sua vez, reservavam parte do terreno total na expectativa da sua valorização, quando da construção de Goiânia e, portanto da transformação das suas terras em lotes localizados em áreas urbanas.

Nesse sentido, o governo de Goiás tornou-se um importante proprietário das futuras terras urbanas, com autonomia para elaborar um plano urbanístico, considerando a expansão da cidade. A princípio o governo monopolizava o sistema de vendas dos terrenos de Goiânia, entretanto devido aos muitos empecilhos políticos e principalmente econômicos, para levar em frente as obras da cidade, Pedro Ludovico acabou permitindo que empresas imobiliárias dessem novas direções para o seu plano urbanístico, quando concedeu a elas o direito de comprar e estocar lotes urbanos, com vistas a sua valorização futura.

Em termos jurídicos, a especulação de terras em Goiás legitimou-se quando da expedição do Regulamento de Vendas de Terrenos em Goiânia, em 27 de julho de 1937, por intermédio da Procuradoria Especial do Estado, criada em 6 de julho daquele mesmo ano e baseada na Lei nº 167. Em seu conteúdo, o Regulamento determinava a possibilidade de venda de uma parte da área destinada ao futuro Setor Sul, o que contrariava as orientações do autor do projeto de Goiânia que previa a ocupação da área apenas na década de 1950. A partir daquele momento, a iniciativa privada começou a adquirir lotes em urbanização para revenda após valorização e beneficiamentos realizados por obras do governo.

Em termos práticos, tal regulamento foi o estopim para que a iniciativa privada começasse a especular terras urbanas ou em urbanização em Goiânia, levando à

conclusão de que a venda de lotes nessa cidade ocorreu desde o início de sua construção. Seria o dinheiro das vendas desses lotes que financiaria grande parte das obras da nova capital, por isso tamanho interesse do governo local na vendagem de tais bens. Tendo isso em vista, foi criado o Departamento de Propaganda e Venda de Terrenos, cuja função seria a de incentivar a formação do núcleo de Goiânia. Além disso, delega a atividade de vendagem dos lotes, construção de tabelas de preços dos terrenos urbanos e rurais à firma Coimbra Bueno & Ltda, responsável pela Superintendência Geral de Obras de Goiânia. Para facilitar a movimentação do mercado de vendas de lotes em Goiás, foi elaborado um plano de propagandas que se fundamentava em incentivos para a compra de terrenos, que, por sua vez, pautavam-se em dizeres como: *“Enriqueça 4 vezes mais adquirindo lotes na nova capital. Vendas garantidas pelo Estado- Dec. Nº 4941 de 1934, em 10 prestações desde 38\$ cada.”* (Apud MANSO, 1999).

Essas ações governamentais efetivaram e contribuíram para a ampliação do capital imobiliário sobre o planejamento urbano. Materialmente era visível a construção de uma nova cidade com todas as implicações nas mudanças das imagens do espaço. Em termos simbólicos, que se refletiam materialmente, representou o estabelecimento de novas relações comerciais na região Centro-Oeste.

Para Chaul (1999), *“o Estado e os proprietários de terras passaram a usufruir, em bases capitalistas, da terra urbana e das novas relações de produção e trabalho que se desenvolviam à medida que a cidade era edificada”*. Já no seu princípio, o processo de construção de Goiânia foi delimitando diferenciais espaciais por critérios sócio-econômicos. Uma vez que o Estado deu asas à especulação imobiliária e implantou vários loteamentos populares em áreas periféricas.

O planejamento de Goiânia teve um recorte modernista, mas conservador e centralizado. Considerou como hegemônicas as opiniões de alguns setores da população. Tratando os componentes desses setores como sujeitos, e o restante da população como objetos receptores das propostas elaboradas sem eles, e sem considerar a relevância das suas necessidades em termos de condições práticas de sobrevivência ou da infra-estrutura.

Iniciam-se, assim, a construção de territórios segregados, constituídos por loteamentos clandestinos, irregulares, ocupações e assentamentos. Esses territórios podem estar localizados em áreas ditas periféricas e são habitadas pela parcela mais precarizada da população. Cabem aqui alguns esclarecimentos. Para efeito de análise, a localização do universo da população dita incluída ou excluída tem como referência parâmetros como determinação de renda, acesso a bens de consumo duráveis ou não, condições de sobrevivência equipamentos sociais, tais como creches, escolas e hospitais.

Num sentido próximo, mas diverso, é importante observar o conceito de periferia, para evitar equívocos analíticos. Segundo Vêras (1997), tal conceito não se refere exclusivamente aos territórios distantes da franja urbanizada, mas às condições sócio-econômicas em que vive a população de uma dada região. Existem muitas localidades providas de infra-estrutura urbana básica, mas excluídas do mercado formal de trabalho e de renda. Tal situação pode contribuir para o agravamento das condições de sobrevivência. Por isso, conforme Vêras:

Embora não se possa dizer que se trata dos efeitos exclusivos das transformações econômicas em curso em escala mundial, a literatura recente costuma apontar um vínculo estrutural entre globalização da economia e acentuada dualidade espacial e social urbana. O que se quer dizer, contudo, é que a oposição binária centro X periferia já não esgota a questão, havendo diversos rebatimentos quanto aos efeitos espaciais das transformações econômicas trazidas pela globalização. (VÉRAS; 1997).

A conformação do território goianiense, composto por territórios segregados ou não, é fruto de processos contraditórios, diversos, por vezes dispersos, por vezes relacionados com mais proximidade numa arena de conflitos, e que reúnem interesses que constituem as suas características peculiares de diversidade social e territorial.

Os territórios segregados, onde a urbanização é incompleta, podem advir da iniciativa da população precarizada, mediante ocupações e formação de favelas. Mas também podem ser conseqüência de remoções arbitrárias realizadas pelo poder público. Essas remoções são frutos dos argumentos que giram em torno da concepção de “limpar” áreas mais centrais ou com expectativa de valorização imobiliária e que estão ocupadas por uma parcela da população desfavorecida economicamente. Em Goiânia, o

caso da construção da Avenida 136 pode bem ilustrar a afirmação anterior. O prolongamento da Avenida 136, construída no final dos anos de 1970 e início dos anos 1980, localizada no Setor Marista, área nobre da cidade, pretendeu viabilizar a ocupação do Jardim Goiás (Região Leste), entretanto a ocupação do Areião, localizada às margens dos Córregos Botafogo e Areião, impedia a continuidade da Avenida. Para que ela fosse construída, os moradores da ocupação foram removidos, mediante ação que estava de acordo com o padrão de “limpeza” de áreas valorizáveis.

As áreas para onde as populações de ocupações são removidas normalmente tem padrões urbanísticos precários. Em Goiânia há uma região com aproximadamente 140 mil habitantes, cuja ocupação ocorreu por populações removidas de outras áreas, qual seja: a Região Noroeste. Tal Região é composta por 26 bairros, alguns regulares, outros clandestinos e irregulares. Mas grande parte dos loteamentos foi implantada pelo governo estadual, sem levar a sério a legislação urbana vigente e via iniciativa privada, que em função disso realizou boas operações de mercado e obteve bons lucros. Atualmente alguns dos bairros daquela região são conhecidos por: Jardim Nova Esperança, Vila Finsocial, Vila Mutirão (I, II, III) e Jardim Curitiba (I, II, III, IV).

Em contrapartida, claro, há zonas de inclusão que englobam desde condomínios verticais e horizontais fechados, até bairros residenciais com boa infra-estrutura. Nessas localidades, a população tem mais facilidade em acessar alguns recursos tais como rede de água tratada, esgoto, iluminação pública de qualidade, pavimentação, coleta de lixo e renda superior a vinte salários mínimos. Essa última informação leva a inferir que aquela população tem mais facilidade em acessar e também de comprar serviços oferecidos por escolas particulares, tratamentos médico-hospitalares de tecnologia avançada, planos de saúde e muitos outros serviços.

Em relação à auto-segregação espacial e social, no sentido da restrição no estabelecimento das relações sociais, poder-se-ia lançar referências aos condomínios horizontais fechados, embora as áreas de tais condomínios possam ser consideradas, em sentido econômico e da urbanização, como zonas de inclusão. Nesse trabalho, não há intenção em nos ater a essa discussão, mas apenas expressar em tons constatativo e crítico que os condomínios fechados de alto padrão enrijecem a fragmentação e a cisão da cidade e enfraquecem os níveis do que a literatura durkheimiana denomina por solidariedade orgânica. O que leva a população a residir nesses condomínios pode partir

de motivações que oscilam da objetividade à subjetividade. Da objetividade, nos referimos à facilidade em acessar recursos econômicos e físicos em termos de maior espaço, e até maior segurança de fato. Da subjetividade nos referimos ao desejo de simplesmente morar em lugares socialmente bem vistos ou ainda à necessidade da obtenção de um sentimento de segurança que os altos muros e todo o sistema e equipamentos de segurança poderiam oferecer à população residente em condomínios ditos de alto nível.

Caldeira (2000) caracteriza os condomínios fechados da seguinte forma: “*O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de ‘enclaves fortificados’. Trata-se dos espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho*”.

Considerando a segregação sócio-espacial em Goiânia a partir dos critérios de urbanização e padrões de qualidade de infra-estrutura física, acesso a serviços oferecidos por redes privadas, há indicações de que há fragmentações agudas entre a parcela da população de maior e menor poder aquisitivo. Fragmentações essas que ultrapassam as concepções preconceituosas que diferenciam o melhor e o pior na cidade, embora a compreensão dos motivos que levam a tais concepções sejam importantes à medida que geram ações sugestivas determinantes das relações sociais e da realidade prática. Entretanto, as fragmentações que ultrapassariam as concepções acima adviriam do diferencial de atenção que o poder público oferece à população incluída e à segregada. Nesse sentido, poderíamos inferir que contraditoriamente, o poder de pressão que a população de maior renda poderia exercer sobre os gestores públicos é mais relevante atraindo mais investimentos públicos, como consequência.

Mas como ocorrem os processos pelos quais alguns desses territórios segregados foram socialmente construídos, em Goiânia? Trataremos agora de especificar como alguns desses territórios emergiram via ação coletiva ou não.

CONCLUSÕES

Ocupamos-nos em interpretar e demonstrar as formas específicas das relações estabelecidas entre Atores coletivos (ativistas) do Dom Fernando I, desde a ocupação da área que, posteriormente, veio compor esse bairro enquanto tal, com os governos locais e Igreja Católica. Todos os processos de negociações entre os grupos organizados com as agências públicas e igreja paulatinamente trazem à tona os avanços, limites, mudanças nos sentidos das ações, que caso a caso vão construindo a história do bairro e a caracterizando como única, apesar das idéias de que as sociedades têm se homogeneizado diante dos efeitos da globalização.

Focando na reelaboração das demandas coletivas do Dom Fernando I reconhecemos, conforme Melucci (2002) as mudanças das matrizes dos movimentos sociais. Se no final da década de 1980 as demandas concentravam-se em pressões coletivas na conquista de equipamentos e serviços urbanos, agora mesmo que ainda centrem-se no mercado, são cada vez mais caracterizados por linguagens simbólicas nas redes de comunicação cotidiana. Isso denuncia mudanças dos interesses dos indivíduos, ao longo da complexificação das sociedades, e também na construção de novas formas de mediação e representação política.

Para a efetivação da análise do processo que qualifica o Movimento do Dom Fernando I em suas três fases (conforme estabelecemos no terceiro capítulo) foi necessário revistarmos autores não muito consultados ultimamente, ao mesmo tempo em que lançávamos mão do que havia de mais novo em termos analíticos e teóricos da temática dos Movimentos Sociais. Na avaliação empírica deixamos implícita a idéia de que os paradigmas teóricos tendem a mudar para tentar dar conta da realidade social. No capítulo teórico deste trabalho, por sua vez, essa noção apareceu claramente. Explicitamos também a saída metodológica encontrada por nós, para análise das ações coletivas. Recorremos àquela que coloca como fundamental a premissa dos indivíduos, dos sujeitos e considera a dimensão pessoal da vida social, em detrimento da coletiva enquanto ponto de partida analítico. Dando pertinência a esse trabalho na medida em

que são demonstradas a criação de formas singulares de interação no contexto específico das condições estruturais onde vivem os atores coletivos e como eles dão novos sentidos à sua condição de vida, e participação política. De modo geral, consideramos que o cotejamento bibliográfico realizado foi fundamental para sistematizar as produções teórico – científicas sobre Movimentos Sociais e levamos em conta a relevância em considerar as ações coletivas para além do dualismo estrutura/intenções.

Com este trabalho foi possível refletir mais especificamente acerca do declínio das grandes identificações coletivas visualizados nos áureos ajuntamentos e concentrações das massas supostamente totalizadas. Vemos o emergir de atores múltiplos e fragmentados e isso pode nos dá uma impressão de fragilidade do coletivo. Mas o diagnóstico de uma falsa fragilidade pode ser dado quando o(a) pesquisador(a) modifica o olhar acerca da realidade e se pergunta sobre o porquê e o sentido das mudanças que levaram à queda dos atores coletivos personagens e canaliza atenções para os processos de constituição da ação coletiva.

Com isso percebemos empiricamente que a pulverização da ação coletiva pode não interromper sua transformação. Alguns eventos forçaram, por um lado, a substituição de pessoas e inovação das ações coletivas, tais como: mudanças de alguns atores para outros bairros e regiões de Goiânia e alcance dos objetivos de algumas ações coletivas reivindicativas.

A transformação, a “virada” do Movimento Social estudado se relaciona com a supressão das orientações antagonistas que se expressavam nas mobilizações e passou a se expressar mais intimamente ligada às demandas pessoais. Sem perder, no entanto, o objetivo da mudança social mediante ações que intencionam criar oportunidades de trabalho e gerar renda numa perspectiva mais humanizadora e pautada nos critérios da economia solidária.

A reflexão acerca das vias de transformação do Movimento Social estudado pressupõe pensar acerca da redefinição das ações dos atores coletivos na construção de novas possibilidades num campo de ação possível, tendo em vista os limites do sistema. Assim, nos vislumbramos com a importância da construção de novas possibilidades que levaram os atores à reorientação de solidariedades e comunicações coletivas, com o

sentido da afirmação dos grupos populares, num processo de lutas por cidadania e direitos sociais que proporcionassem transformações em suas realidades.

Além disso, os discursos e práticas dos atores coletivos construíram representações simbólicas importantes na elaboração de identidades de grupo que agregaram sujeitos antes pulverizados, frágeis e desorganizados. Mediante isso criaram-se sentimentos de pertencimento e inclusão a um grupo ativo socialmente.

Destacamos especificamente alguns pontos nodais de mudança e de reinvenção das ações coletivas que circunscreveram o Movimento Social estudado. Eles promoveram um novo cenário de ações coletivas:

1) Interferências na concepção de autonomia. Deixa de ser entendida como fechamento à articulações com partidos representantes políticos e questiona a condição de isolamento em relação ao Estado e a política instituída. Passando a conceber autonomia enquanto elaboração de projetos que priorizem interesses dos grupos envolvidos na ação coletiva, tendo em vista planejamentos, objetivos, propostas, negociação de conflitos.

2) As mobilizações coletivas pontuais, percebidas em corridas à prefeitura, Companhias e quaisquer outras Organizações vinculadas ao governo e responsáveis por serviços básicos de urbanização são resignificadas e tornam-se mais propositivas e estratégicas. Elas são percebidas na organização popular para participação na estrutura político-administrativa da cidade, mediante Orçamento Participativo, por exemplo.

3) Defesa da sobrevivência contra os efeitos do desemprego. Os atores coletivos buscam construir um novo padrão de geração de renda, mais humanizado e menos comercial, ao contrário do que orienta a cultura das políticas neoliberais. Trata-se da reorientação de valores relativos à noções de sistema produtivo, que envolve excedente da produção, lucros e pagamento de salários.

4) As ações coletivas mais recentes que envolveram e envolvem práticas de geração de renda e trabalho, recobrem áreas do cotidiano com aspectos da subjetividade humana e, por isso mesmo, de difícil acesso e análise. Fundamentalmente em relação aos questionamentos destinados às relações de gênero, muito embora este aspecto não

tenha sido profundamente avaliado neste trabalho, mas indique um possível interesse de estudo para o futuro.

Percebemos que o Movimento de bairro passa de formas tradicionais de atuação, conforme ocorreu em diversas localidades no Brasil, viabilizadas mediante associações de moradores, para organização de comunidades formadas por parcelas da população em cooperativas para produção e comercialização de produtos de alimentação e de reciclagem de resíduos. No entanto, as cooperativas recebem assessorias de agentes externos, sejam eles profissionais vinculados à Universidades ou grupos de montagem de projetos que intencionam angariar fundos de financiamentos.

De modo geral, diminuíram os protestos nas ruas, do mesmo modo que diminuíram a visibilidade na mídia, e as atividades de ONG's emergiram subsidiando propostas de encolhimento das atividade do Estado na realização de projetos sociais. Isso pode significar o deslocamento da noção de acesso aos direitos para acesso a programas assistenciais e humanitários, podendo levar a críticas importantes em relação às atividades de determinadas ONG'S.

Esta pesquisa buscou superar limitações das análises estruturais e institucionais que interpretam os movimentos sociais populares urbanos como sendo fases primárias num processo de transformação radical da sociedade, como mecanismo de enfrentamento demandatário que evolui em concomitância com as respostas do Estado aos movimentos. Em nossa concepção, um Movimento Social popular emancipatório é, sobretudo uma organização coletiva com condições culturais, de caráter sócio político orientada para a afirmação de grupos, luta por cidadania, direitos sociais e expressão das demandas de diversas ordens.

Na abordagem do Movimento Social do Dom Fernando I, bairro fruto de ocupação coletiva ocorrida em Goiânia avaliamos o quanto o planejamento de Goiânia como expressão da modernização do estado, a normatização do espaço urbano, assumiu características excludentes e segregadoras e de algum modo contribuíram para a ocupação desordenada, invasões e inchaço populacional, nessa cidade. Tendo em vista esse contexto, escolhemos como caso empírico o movimento de posse urbana do Dom Fernando I que se fundou na dinâmica de conformação do espaço urbano goianiense sob a perspectiva polar do invasor/ morador. Estudamos as condições de nascimento desse

movimento social, os caminhos percorridos pelos atores coletivos para urbanização do bairro e seus sentidos de participação política. Além disso, verificar como os atores coletivos de tal movimento reelaboram os sentidos das ações coletivas surpreendeu nossas expectativas.

Não ignoramos algumas limitações deste trabalho, mas acreditamos que ele, de alguma maneira, possa contribuir para as mudanças de olhar acerca da cidade e do movimento social estudado. Com isso, esperamos somar com o debate acadêmico e político acerca da temática aqui envolvida.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento: Uma entrevista de Leonardo Avritzer e Timo Lyyra. In: - **Sociedade civil e democratização**. Coord. Avritzer, Leonardo. Belo Horizonte: Livraria Del Rey, 1994.

AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio Augusto Pereira. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais, 1991. p. 122-146.

BARREIRA, Irllys Alencar D. **O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BERNARDES, G. D'arc. **Construtores de Goiânia: o cotidiano no mundo do trabalho**. São Paulo, Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1989.

BERNARDES, Genilda Darc. **Goiânia cidade planejada/ cidade vivida: discurso e cultura da modernidade**. Brasília, Tese de doutorado. UNB, 1998.

BLUMER, Herbert. **Collective Behavior**. In: PARK, R. Ed An Outline of the Principles of Sociology. Nova York, Barnes & Noble, 1939.

_____. **Social Movements**. In: Lee Alfred Principles of Sociology. Nova York, Barnes & Noble, 1951.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. **In: Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Espaço e Liberdade, 1998.

BOSCHI, R. R. **Movimentos Sociais Urbanos e institucionalização de uma ordem**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1983, mimeo

_____. **Movimentos Sociais Urbanos e institucionalização de uma ordem**. Ob. Cit., p. 5-6.

_____. A arte da associação: política de base e democracia no Brasil. São Paulo: Vértice/ Ed. dos tribunais, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Decreto nº 2737. Diário Oficial

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania. São Paulo: Ed. 34/ EDUSP, 2000. 1

CAMPOS, Francisco Itami. **Mudança da capital: uma estratégia de poder**. In: Problemas Urbanos de Goiânia. Cadernos Indur: Estudos Urbanos Regionais, Goiânia, nº 2, 1980.

CAMPOS, Neio Lúcio de O. **Produção da segregação residencial em cidade planejada**. Brasília, UNB (Dissertação de Mestrado, Mimeo), 1988.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In:- **Anos 90- Política e sociedades no Brasil**. Org. Tagnimo, Evelina. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Duas faces de uma experiência. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 1 N° 2, 1982, p. 53- 58.

_____. Os movimentos populares no contexto da consolidação da democracia. In: REIS F. W. e O'DONNELL, G (orgs.) **A democratização no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice/ Ed. Revista os Tribunais, 1988.

_____. “Apresentação”. In: KOWARICK, L. (coord.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: CEDEC, 1988, p. 12-15.

_____. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico.: in: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, M.H.T. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: brasiliense, 1983, p. 215-239.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. Repensando Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique e Font, Maurício (org.) **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo:Brasiliense, 1985.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A revolta de Formoso e Trombas**. Goiânia, Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1998. 196p. (Coleção teses universitárias, 42).

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 3ª ed., Campinas/ SP, Papyrus, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Crise urbana, movimentos sociais e via democrática para o socialismo nas sociedades capitalistas avançadas**. In: Cidade, democracia e socialismo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

_____. “Gestão Urbana, Planejamento, e Democracia Política”. Palestra proferida na Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo em 12 de agosto de 1985.

_____. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e terra, 2006.

_____. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Movimientos Sociales Urbanos**. Madrid: Siglo Veintiuno. 1979.

CHAUL, Nars. E. C. **A construção de Goiânia e a transferência da Capital**. Goiânia: CEGRAF/ UFG, 1988.

CORDEIRO, Narcisa Abreu e QUEIROZ, Normalice Maria de. **Goiânia embasamentos do plano urbanístico original**. Goiânia: IPLAN/ IAB, 1990.

COSTA, Arthur; NUNES Brasilmar Ferreira. Distrito Federal e Brasília: Dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social. In: **Cadernos Metr pole/ Observatório das Metr poles** – n 1 (1999) – São Paulo: EDUC, 1999 semestral.

DAVIS, Kingsley. Cidades: a urbaniza o da humanidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores 2006.

DELLA CAVA, Ralph. A igreja e a abertura, 974- 1985. In: **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 231- 273.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2^a ed, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FORACCHI, Marialice M. Participa o Social dos Excludidos. São Paulo, Ed. Haucitec, 1982.

FREITAS, Vnerando de. Palestra sobre Goiânia realizada na sociedade “amigos de Alberto Torres”, no Rio de Janeiro. In: **IBGE. Goiânia**. Rio de Janeiro: IBGE, Coletânea.

FROMM, Eric. Escape from Freedom. New York, Rinehart, 1941.

_____. **Consciência e Sociedade Industrial**. In: FORACHI, Marialice M., MARTINS, José de Souza. Orgs. Sociologia e sociedade (Leituras de introdu o   sociologia). Rio de Janeiro: LTC, 1998.

GRAMSCI, Antonio. O Príncipe moderno. In:- **Maquiavel a política e o Estado moderno**. 8^aed. Civiliza o brasileira; 1991- Rio de Janeiro.

GRAMSCI, Antonio. A forma o dos intelectuais. In: **Os Intelectuais e a organiza o da cultura**. 7^a ed. Civiliza o brasileira. Rio de Janeiro 1986.

_____. Concep o Dialética da História. 2^a ed., Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 1978.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3^a ed. São Paulo, Edi es Loyola 2002.

_____. **Reivindica es Populares Urbanas**. São Paulo: Autores Associados/ Cortez, 1982.

_____. **A Força da Periferia – A luta de mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

_____. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Movimentos Sociais e Educa o**. São Paulo: Cortez, 1992 (Questões da nossa época; v.5).

_____. **Movimentos Sociais no século XXI: Antigos e Novos Atores Sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2004.

- _____. **Novas teorias dos Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 2008.
- JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde em São Paulo 1974-1984.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. **Movimentos Sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades.** In: SADER, EMIR (org.). *Movimentos sociais na transição democrática.* São Paulo: Cortez, 1987.
- KOWARICK, Lúcio (coord.). **III Simpósio: movimentos sociais urbanos- um balanço dos acontecimentos recentes.** Cadernos CERU, nº 13, 1ª série, set./ 1980.
- _____. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro, Paz e terra, 1979 (coleção Estudos brasileiros; v. 44)
- LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos Sociais e a pluralidade do social. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v 1, nº 2, p. 41- 47.
- LAVILLE, C. & DIONE, J. **A construção do Saber: manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas.** POA/RS, ARTES MÉDICAS; BH/MG, Editora UFMG, 1999.
- LE BON, Gustave. *The Crowd.* N. York, Viking, 1895.
- LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOUREIRO, Walderês Nunes. **O aspecto educativo da prática política.** Goiânia, Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.
- LUKÀCS, Georg. **A Consciência de Classe.** In: *Estrutura de Classe e Estratificação Social.* Rio de Janeiro, Zahar, 1974
- MAHEU, Louis. **Movimentos sociais e políticos: as questões chave para uma articulação entre grandes problemáticas do político.** In: *Caderno CRH.* Salvador: UFBA. Nº 20, p. 32-51. Jan./ jun. 1994.
- MANSO, Celina Fernandes Almeida. Armando Augusto de Godoy – Engenheiro Urbanista Brasileiro (1876 – 1944). N: **V Seminário de História da cidade e do Urbanismo. Cidades: temporalidade em confronto.** Uma perspectiva comparada da história da cidade, do projeto e da forma urbana: Campinas/ PUCAMP. CD Room, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo.* São Paulo, Pioneira, 1975.
- MARX, Karl. **As lutas de classe na França de 1848 a 1850.** In: *Textos III,* São Paulo: Ed. Sociais, 1977.
- _____. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte.** In: *Textos I,* São Paulo: Ed. Sociais, 1977.
- _____. **Crítica ao Programa de Gotha.** In: *Textos I,* São Paulo: Ed. Sociais,

1977.

_____. **O Capital**. Livro I, cap. VI (Inédito). São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

_____. *La Miséria da la Filosofia*. Barcelona, Grijalbo, 1976.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. In: Textos III, São Paulo: Ed. Sociais, 1977.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2001.

_____. Um Objetivo para os Movimentos Sociais? **Revista Lua Nova**. N. 17. São Paulo, CEDEC, 1989.

_____. **Nomads of the Present: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society**. Filadélfia. Temple, Un. Press, 1989.

_____. A Experiência Individual na Sociedade Planetária. **Lua Nova**, 38: 199-211, 1996.

_____. Movimentos Sociais, Renovação Cultural e o Papel do Conhecimento. Entrevista. **Novos Estudos CEBRAP**, 40. São Paulo, CEBRAP, nov./ 1994.

_____. Collective Action as a construction. **XII World congress of sociology**. Madrid, july 1990, 10 p.,

_____. Por **Uma Sociologia Reflexiva: Pesquisa Qualitativa e Cultura**. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes,2005.

MENEZES, Maria Alice de Lima G.; Lorenzo, Antônio. Movimentos populares em Goiânia. In: **Cadernos de Ciências Humanas**, série Movimentos Sociais; UFG, nº 1, 1987.

MIRANDA, Telma Guimarães de. Expropriação e segregação: Trajetória de vida representações de um grupo migrante em Goiás. Minas Gerais , 1984. Dissertação de Mestrado . UFMG/MG.

MOISÉS, José Álvaro. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

MOISÉS, J. A. e MARTINEZ-ALIER. “A revolta dos suburbanos ou ‘Patrão o term atrasou’”. In: MOISÈS, J. A. e outros. **Contradições Urbanas e movimentos sociais**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra/ CEDEC, 1978.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates. **Como Nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos tribunais. 1938.

MOYSES, Aristides. **Estado e urbanização: conflitos sociais na região Noroeste de Goiânia (década de 80)**. 1996. São Paulo, 2001. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.

NUNES, Brasilmar Ferreira. O sentido urbano de ocupações espontâneas do território. In: **Sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano**. Org.: Brasilmar Ferreira Nunes. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Modos de agir, Maneiras de ser: Os embates cotidianos pelo espaço urbano numa população de baixa renda no Distrito Federal. In: **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Orgs.: Sarah Feldman, Ana Fernandes. Salvador: EDUFBA, 2007.

NUNES, Edílson; Jacobi, Pedro. Movimentos populares urbanos, participação e democracia. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, v.2, p. 25- 62, 1983.

NUNES, Jordão Horta. **As metáforas nas ciências sociais**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Goiânia: Editora UFG, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. **Estado, sociedade, movimentos sociais e política no limiar do século XX**. Rio de Janeiro: FASE, 1993.

OLIVEIRA, Adão Francisco. Do Pântano ao Jardim: Uma nova esperança. Goiânia, 2002. Dissertação de Mestrado. UFG/ Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia.

OLSON, Mancur. *The Logic of Collective Action*. Cambridge, University Press, 1965.

QUINTANEIRO, Tânia. **Alguns elementos para a análise das sociedades**. Mimeografado.

RABELO, Francisco Chagas E. *Mobilização Social e Tradicionalismo em Goiás (Governo Mauro Borges, 1961- 1964)*. In: **Goiás Sociedade e Estado**. Org.: Dalva Borges Souza. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004.

RABELO, Francisco Chagas E. **Governo Mauro Borges: Tradicionalismo, Planejamento e Mobilização Social em Goiás (1961- 1969)**. Belo Horizonte, 1976. Dissertação de Mestrado. UFMG.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais, 1991.

_____. Movimentos sociais – velhas e novas questões no espaço do Rio de Janeiro” In: VIOLA, E. J.; SCHERER-WARREN, J.; KRISCHKE, P. (orgs). **Crise política, movimentos sociais e cidadania**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1989, p. 90-126.

_____. Movimentos Sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. In: ANPOCS. **Ciências Sociais Hoje 1991**. São Paulo, Vértice/ Ed. Revista dos Tribunais, 1991, p. 95-121.

_____. Ciudad, reivindicaciones sociales e equipos colectivos. In: TAVARES, Hermes Magalhães et al. *La cuestión del desarrollo urbano: textos didácticos*. Rio de Janeiro, PUBLIPUR/ UFRJ, 1987, p. 111-114.

SADER, Eder. Movimentos Sociais: Notas para um debate. Cadernos da ABESS nº 2. Cortez, out. 1988, p. 44-56.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 2ª ed. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1987- 2ª ed.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 1993.

SILVA, Ana Lúcia da. **A Revolução de 30 em Goiás**. São Paulo. Tese de Doutorado. USP, 1982.

SILVA, Luiz Antonio Machado da, ZICARDI, Alicia. Movimentos Sociais urbanos, minorias étnicas e outros. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS, 1983. p. 9-21.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. A respeito de movimentos sociais: rápida incursão na bibliografia brasileira. In: VARIOS AUTORES **Movimentos Sociais: para além da dicotomia rural- urbano**. Recife, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 1985, p. 11 -21.

_____. Desdobramentos de campo temático dos movimentos sociais. Cadernos CEAS, nº 145, 1993, p. 39-51.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974

SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (org.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes/ CEBRAP, 1980.

TARROW, S. Power in Movement. Cambridge, un. Press.

TEJERINA, B., ALBENIZ, I. M de. CAVIA, B. SEGUELL, A. G. IZAOLA, A. O Movimento pela justiça global na Espanha: Ativistas, identidade e cartografia política da alterglobalização. In: **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, vol 21, Nº 1/ abril de 2006.

TELLES, Vera as Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER- WARREN, I. e KRISCHKE. P. J. (orgs). **Uma Revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 54-85.

_____. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARIC, L. (org.) **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, 247-283.

_____. Cultura da dádiva, avesso da cidadania. RBCS nº 25, ano 9, jun./ 1994.

_____. Pobreza, movimentos sociais e cultura política: notas sobre as (difíceis) relações entre pobreza, direitos e democracia. In: DINIZ, Eli; Leite LOPES, José Sérgio e PRANDI, Reginaldo (orgs). **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: ANPOCS/IPEA/HUCITEC, 1994.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. VOL. 1 e 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOURAINÉ, Alain. **Movimentos sociais**. In: FORACHI, Marialice M., MARTINS,

José de Souza. Orgs. **Sociologia e sociedade** (Leituras de introdução à sociologia). Rio de Janeiro: LTC, 1998.

_____. Crítica da Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina. Campinas, São Paulo: Trajetória Cultural/ Ed. da UNICAMP, 1989.

_____. Os Novos conflitos sociais. Para evitar mal- entendidos. Lua Nova 17. Jun/ 1989, p. 5-18.

VASCONCELLOS, Lauro de. **Santa Dica: Encantamento do mundo ou coisa do povo**. Goiânia; CEGRAF/UFG, 1991.211p. Ilust. (Coleção documentos goianos, 22).

VÈRAS, Maura Pardini Bicudo. **Trocando Olhares: Uma Introdução à construção sociológica da cidade**. São Paulo: EDUC/ Studio Nobel, 2000.

_____. Novos Olhares sobre São Paulo: notas introdutórias sobre territórios, espaços e sujeitos da cidade mundial. In: **Revista Margem n° 6**, dezembro, 1997.

VIGEVANI, Túlio. Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa. In: VIOLA, E. J., SCHERER- WARREN, I., KRISCHKE, P. **Crise política, movimentos sociais e cidadania**. Florianópolis: UFSC, 1989. p. 127- 142.

WEFFORT, Francisco. A democracia como proposta. Rio de Janeiro: IBASE, 1991.

_____. O populismo na política brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, O. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez/UNICAMP.

DECRETOS E LEIS

Constituição Federal de 1988. Artigos 182 e 183 – Legisla acerca dos objetivos da política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, que são o de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Decreto nº 2737, de 20 de dezembro, 1932 - Nomeia uma comissão que, sob a presidência de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, então bispo de Goiás, escolhesse o local onde seria edificada a nova Capital do Estado.

Decreto 3359, 18 de julho de 1933 – Versa acerca da escolha do município de Campinas como local indicado para a construção de Goiânia.

Decreto 1816, 23 de março de 1937 – Transfere a capital do estado de Goiás para Goiânia.

Decreto 4739 de 20 de junho de 1934 - Cria a Departamento de Propagandas e Vendas de Terras em Goiânia.

Decreto- Lei nº 11 de 06 de março de 1944 - Proíbe a criação de novos loteamentos por um período de cinco anos.

Decreto- Lei 574 de maio de 1947 - Código de edificações de Goiânia, diz respeito à Lei de Zoneamentos, Loteamentos, Uso e ocupação do solo deste município.

Decreto nº 16 de junho de 1950 - Regulamenta a implantação de infra estrutura básica em loteamentos , que exigia apenas a abertura de vias.

Decreto- Lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986 - Extingue o Banco Nacional de Habitação (BNH).

Decreto- Lei nº 569 de 7 de julho de 1995 - Cria Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) I, II e III.

Lei nº 176 de março de 1950. Revoga as cláusulas que exige dos proprietários de terras a implantação de infra-estrutura em parcelamentos urbanos.

Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979 - Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

Lei Municipal nº 4.526 de 31 de dezembro de 1971 - Dispõe sobre loteamentos urbanos e remanejamentos.

Lei 7222 de 20 de setembro de 1993 - Estabelece condições especiais para a aprovação de parcelamento do solo nas áreas urbanas e de expansão urbana do Município de Goiânia, caracterizados como Parcelamento Prioritário e dá outras providências. Ou seja, versa acerca do parcelamento do solo do município e das redes de infra- estrutura urbana

Lei nº 167 de 6 de julho de 1937 - Expede Regulamento de Vendas e Terrenos em Goiânia.

Lei Orgânica do Município de Goiânia, de 1990, Art. 167 – Versa que o acesso à moradia é competência comum do Estado, do Município e da Sociedade e direito de todos na forma da lei.

JORNAIS

DIÁRIO DA MANHÃ:

Goiânia, 30 de junho de 1987 – “Unidos para resolver os problemas”

Goiânia, 30 de junho de 1987 – “Disciplina, trabalho e organização comunitária”

Goiânia, 30 de junho de 1987 – “Até as crianças têm seus representantes”
Goiânia, 14 de setembro de 1988 – “Igreja Católica despeja famílias”
Goiânia, 17 de setembro de 1988 – “Aumentam as denúncias contra a Igreja”
Goiânia, 03 de fevereiro de 1989 – “Escola é problema no Dom Fernando”
Goiânia, 03 de fevereiro de 1989 – “Posseiro pede agilidade para legalizar área”
Goiânia, 22 de fevereiro de 1989 – “ Dom Fernando reivindica a construção de creche”
Goiânia, 13 de março de 1992 – “Ação Urbana e Iplan contra Invasões”

REVISTAS DA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA

Junho de 1988 – Encontro de CEB’S da Região Leste

Janeiro de 1987 – Paz na terra sem guerra

Janeiro de 1988 – CPT: Trabalho junto com as organizações populares

Abril/ maio/ junho de 1989 – Realidade Nacional: desafios para a ação Pastoral - Urbanização e mudança cultural

RELATÓRIOS DE PESQUISA, DOCUMENTOS

BERNARDES, Genilda D’arc e MARIANO, Nilva Lopes (coordes.). Goiânia anos 80: um estudo etnográfico e das relações sociais de bairros periféricos. Universidade Federal de Goiás, **Relatório de Pesquisa**. Goiânia, 1991.

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal. **Instituto de Planejamento Municipal. Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG)**. Goiânia, 1992.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento. **Radiografia socioeconômica do município de Goiânia** – Goiás. Goiânia, 2002.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento. Departamento de ordenamento sócio-econômico. **Anuário Estatístico**. Goiânia, 2006.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação/ SEPIN. **Perfil Socioeconômico de Goiânia**. 2007.

_____. Prefeitura de Goiânia/ Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAM/ DPSE. **Cadastro de Bairros e Logradouros em 30/04/2002**. Dados trabalhados pela Divisão de Estudos Sócio Econômicos – DPSE/DVSE.

_____. SMO/ Comob. **Relatório da Comissão especial de estudos para regularização fundiária das áreas de posse e loteamentos irregulares e clandestinos do Município de Goiânia**. Goiânia, 2002.

IBGE. Goiânia. **Coletânea de texto especialmente preparada pelo IBGE como contribuição ao Batismo Cultural de Goiânia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico/IBGE, 1942.

IBGE. **Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

IBGE. Diretoria de pesquisas, Departamento de população e indicadores sociais. **Censo Demográfico**. 1996. Contagem Populacional.

IPPUR/UFRF-FASE. Cadernos do Programa Habitar Brasil/ BID. Vol. I: **Orientações para Formulação e Implementação**. Agosto de 2001.

IPEA/ NESUR –IE- UNICAMP/ IBGE. Relatório VI: **Caracterização da Rede Urbana do Brasil, (parte referente ao Centro – Oeste)**, mimeo, Campinas, 1998.

Livro de Registro das Atas das Reuniões e Assembléias da Associação dos Moradores do Jardim Dom Fernando I.

SEABRA, George W. R. (coord.). Estudo da região de expansão de Goiânia. Fundação INDUR, Coordenação de Estudos Urbanos Regionais, **Relatório de Pesquisa I**. Goiânia, 1981.

_____. Estudo da região de expansão de Goiânia. Fundação INDUR, Coordenação de Estudos Urbanos Regionais, **Relatório de Pesquisa II: Goiânia: Uma estratégia para Expansão Urbana**. Goiânia, 1980.

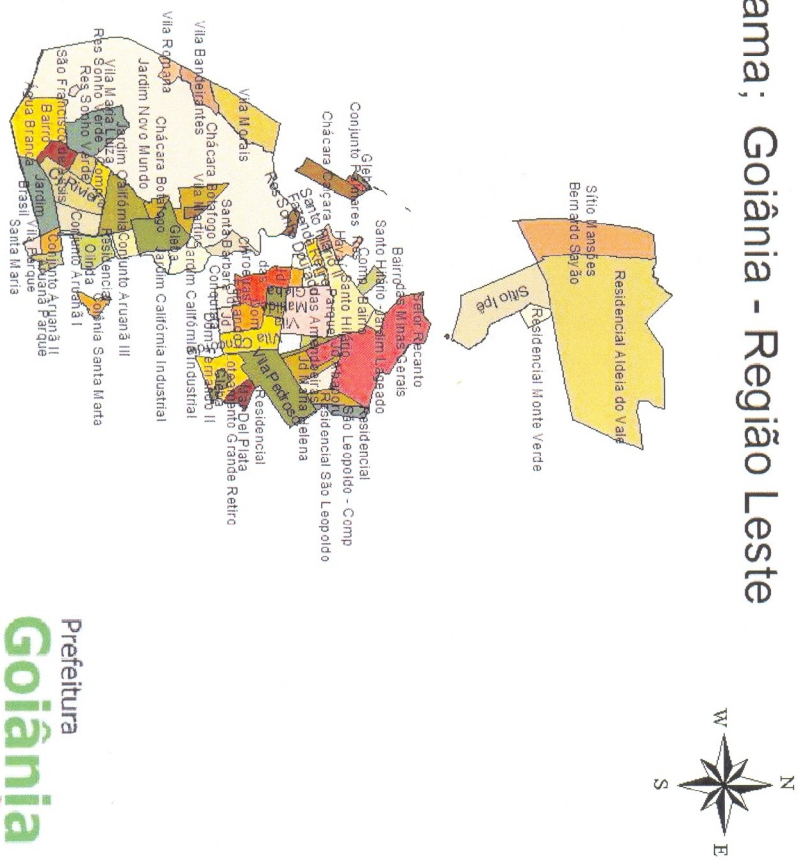
_____. Estudo da região de expansão de Goiânia. Fundação INDUR, Coordenação de Estudos Urbanos Regionais, **Relatório de Pesquisa III** Goiânia, 1981.

ANEXO 1: MAPA DO CENTRO PRINCIPAL DE GOIÂNIA



Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia / Seplam / Mapa Urbano Digital de Goiânia, v.20

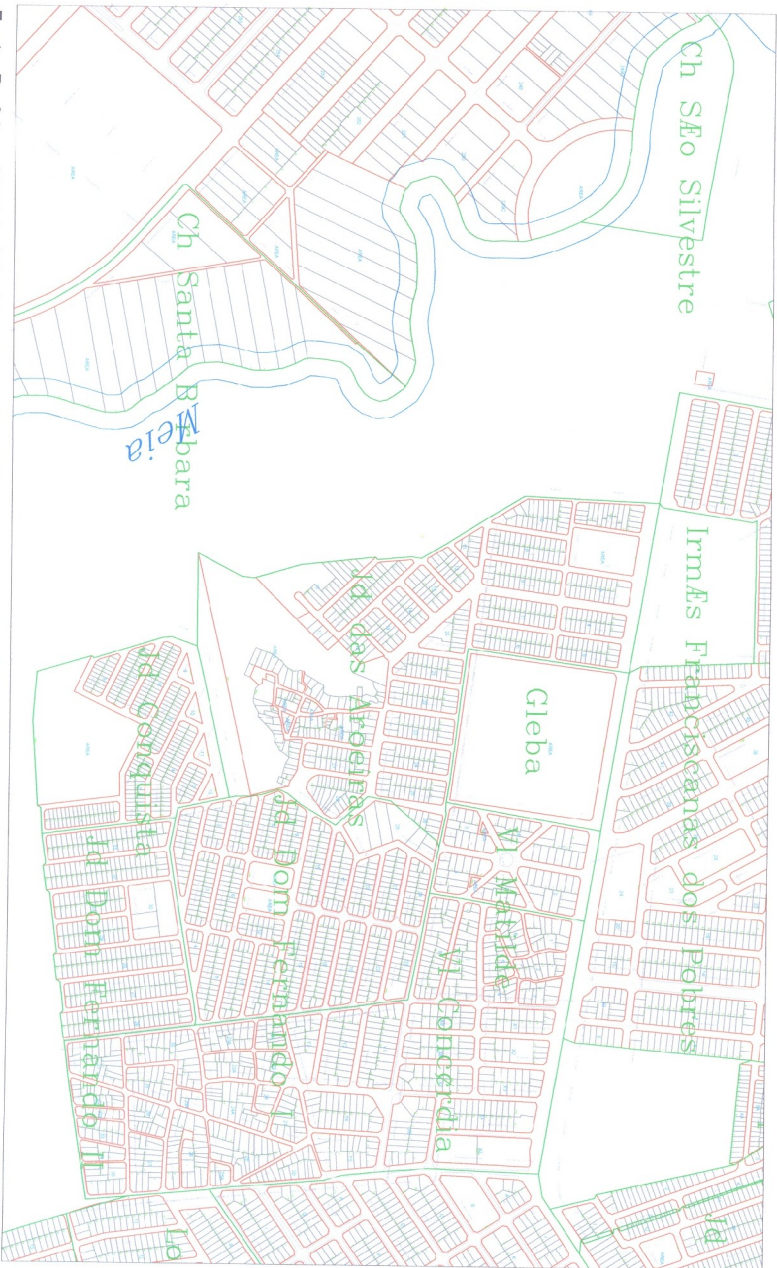
ANEXO 2: Cartograma; Goiânia - Região Leste



Fonte: SEPLAM
 Dados organizados pela Prefeitura de
 Goiânia - SEPLAM - DPSEIDY/PE/IVSE



ANEXO 3: MAPA DOM FERNANDO I



Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia / Sepnam / Mapa Urbano Básico Digital de Goiânia, 2006/7

ANEXO 4: ORTOFOTO DOM FERNANDO I



Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia / Sepiam / Ortofoto, Julho de 2006

ANEXO 5

Modelo do questionário usado para coleta de dados dos Moradores (as) do Bairro Dom Fernando I

I - Dados de Identificação:

- 1) Nome _____
- 2) Ocupação atual _____
- 3) Profissão _____
- 4) Nome da empresa onde trabalha _____
- 5) Em qual região da cidade esta empresa se localiza? _____
- 6) Há quanto tempo trabalha nesta empresa _____
- 7) Possui carteira de trabalho assinada () Sim () Não
- 8) Nº de pessoas que moram na casa _____
- 9) Nº de pessoas que tem renda _____
- 10) Nº de dependentes _____
- 11) Renda familiar mensal _____

II - Etapas migratórias

- 1) Nasceu aqui em Goiânia? () Sim () Não
- 2) De onde veio? (Especificar)

 (Cidade) (Estado)
 () Zona Rural () Zona Urbana
- 3) Em que ano veio Para Goiânia _____
- 4) Porque veio para esta cidade? _____
- 5) Você mora há quanto tempo no Dom FernandoI? _____
- 6) Quando você veio para cá, quais eram as condições do bairro? _____

- 7) Você se considera posseiro? _____
- 8) De alguma forma, você participou da ocupação do bairro? _____

9) Atualmente, você participa das reuniões da Associação de Moradores do seu bairro?_____

10) É ou já foi cooperado da COOPREC ou Nutrivida? Por quê?_____

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.